



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

2ª Vara do Trabalho de Jaú

Junho/2024





SOS/RS-15

Chave PIX
falecom@amatraxv.org.br



Em nome de "AMATRA XV"



SUMÁRIO

Apresentação	4
Diagnóstico	10
Audiências e Produtividade	13
Fase de Conhecimento	26
Fase de Cumprimento de Sentença	31
Metas CNJ	42
Arrecadação	44
Deliberações Finais	45



1. APRESENTAÇÃO



#ParaTodosVerem: foto de Sua Excelência a Desembargadora Corregedora **Rita De Cássia Penkal Bernardino De Souza**

Em 27 de Junho de 2024, Sua Excelência a Desembargadora **RITA DE CÁSSIA PENKAL BERNARDINO DE SOUZA**, Corregedora Regional, em cumprimento ao artigo 29, II, do Regimento Interno, presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 7/2024, disponibilizado no DEJT, caderno judiciário de 22/4/2024, página 912.

A Equipe de Correição

Vlademir Nei Suato

Adilson Sergio Bertoldo Junior
Alessandra Santos Terçarioli da Silva
Angela Cornacini
Edna Mitiyo Yoshioka Lanfredi
Flavia Andre Carbonieri
Giovana Elisa Ribeiro Berteli Costa
Lilian Lawall Guedes
Marcos Antônio Mendes
Maria Luisa Prando dos Santos Martins
Natália Magnani Salomão
Nivia Silva Pedrosa Franceschi
Suely Suzuki

Atualmente, a equipe de correições é composta por **profissionais especializados** responsáveis por elaborar a Ata Correicional, dedicando-se de maneira detalhada aos **dados estatísticos e mantendo uma abordagem atenta à realidade da Unidade.**



2ª Vara do Trabalho de Jaú

PJeCOR	
0000535-28.2021.2.00.0515	27 de Junho de 2024
	Juiz Titular Maurício de Almeida Juiz Substituto Gustavo Castro Picchi Martins Juíza Substituta em auxílio fixo Érika Rodrigues Pedreus Morete

A Equipe da Vara do Trabalho



#ParaTodosVerem: foto com a equipe da 2ª Vara do Trabalho de Jaú, em pé da esquerda para a direita: Osvaldo Roveri Junior, Rodrigo Coelho, Dr. Gustavo Castro Picchi Martins (Substituto), Dr. Mauricio de Almeida (Titular), Erica Castan Moscatto, Dra Erika Rodrigues Pedreus Morete (substituta fixa), Jordana Maria Saggiore, Isabelle Ribeiro, Dona Inês (colaboradora). Sentados da esquerda para a direita: Vinícius Christalino (estagiário), Amanda Cinquini (estagiária), Jânia carvalho Volpato, Vera Lucia Baldini, Valéria Della Penna Moreno, Luciane Aparecida Polito e Cleia Maria Ferrarese Nogueira. Estão ausentes da foto os assistentes dos magistrados.

Lotação atual da Unidade:	11 servidores
Lotação prevista no anexo da Portaria GP nº 77/2019 (com adicional):	11 servidores
⚠️ “DELTA” da Vara:	DE ACORDO
Lotação atual de Oficiais de Justiça	4 oficiais
Lotação prevista no anexo da Portaria GP nº 77/2019	4 oficiais
⚠️ “DELTA” dos Oficiais de Justiça:	DE ACORDO



2ª Vara do Trabalho de Jaú

- A lotação adicional de um servidor prevista na Portaria GP nº 77/2019 decorre do encargo da administração do Fórum - totalizando 11 servidores.



Durante os meses de janeiro a maio/2024, por afastamento do Juiz Titular da unidade, a responsabilidade do Fórum passou a ser da 1ª Vara de Jaú.

- A servidora Edmea Ambrósio Martines é assistente do Juiz Titular Maurício de Almeida, e atua em teletrabalho (SIGEP: 6262/2024 AA, solicitado em 10/6/2024, por 12 meses). O servidor Cristiano de Mello é assistente do Juiz Substituto Gustavo Castro Picchi Martins, e atua em teletrabalho (SIGEP: 6189/2024 AA, solicitado em 7/6/2024, por 12 meses). E, o servidor Sergio Jose Perez é assistente da Juíza Substituta em auxílio fixo Érika Rodrigues Pedreus Morete, e atua em teletrabalho (PROAD 20338/2022).
- Além dos assistentes, não há servidores atuando em regime de teletrabalho.
- Os oficiais de justiça que atuam na unidade são: Luciana Elisa Perobelli Canhete, Paulo Fernando Rossi, Antonio Carlos Pestili Fonseca e Reginaldo Colaute Martin.
- Existem duas estagiárias na Unidade: Amanda Helena Cinquini e Ariely Ketlen Miranda, ambas do Centro de Integração Empresa Escola e um estagiário: Vinícius Christalino, do convênio com a Prefeitura e a Faculdade de Direito do município.

VALE LEMBRAR

- Os modelos de trabalho presencial e teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, deverão observar os termos do Ato Regulamentar nº 10/2018, com alteração da Resolução Administrativa nº 3/2023.



2ª Vara do Trabalho de Jaú



Jurisdição: Barra Bonita, Bocaina, Brotas, Dois Córregos, Igarapu do Tietê, Itapuí, Jaú, Mineiros do Tietê e Torrinha
Lei de criação nº: 7.729/89
Data de instalação: 9/10/2013

Informações da localidade:

Localizado na região central do estado de São Paulo, Jaú é um município cuja população, de acordo com os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e conforme o último censo, de 2022 totaliza 133.497 pessoas.



Fonte: jau.sp.gov.br

#ParaTodosVerem: foto da cidade



Fonte: IBGE, 2024

#ParaTodosVerem: imagem do mapa do Estado de São Paulo, com destaque para o município de Jaú.

Faixa de Movimentação Processual [1.501 a 2.000 processos]

Processos distribuídos nos últimos anos



A faixa de movimentação processual é calculada com base na média dos processos distribuídos nos três anos anteriores.
Em 2024, até o mês de Abril, foram distribuídos 589 processos.



Missão do Tribunal Regional da 15ª Região: realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

Fonte: Plano Estratégico Institucional (PEI) 2021-2026

**“CON” + “REGERE” = CORREIÇÃO
= REGÊNCIA EM DUPLA.**



#ParaTodosVerem: foto de mãos unidas.



#ParaTodosVerem: foto de peças de quebra-cabeça sendo juntadas.

A origem da palavra "Correição" remonta ao latim, derivada de "regere", que significa "deixar como deve ser", combinado com o prefixo "com", que denota "junto de". Nesse contexto, o propósito da correição não se limita apenas à correção de erros, mas, de maneira conjunta, visa alinhar procedimentos para aprimorar o atendimento ao jurisdicionado.



CANAL DE COMUNICAÇÃO



#ParaTodosVerem: desenho de três pessoas de mãos dadas sobre três peças unidas de quebra-cabeça, uma das pessoas com a mão estendida para uma quarta de pé sobre outra peça, separada das demais.

A Corregedoria Regional reconhece que os **dados estatísticos**, por si só, não são suficientes para determinar o desempenho de uma Unidade. É imprescindível uma **análise conjunta dos dados coletados e das circunstâncias específicas** em que a Unidade judiciária opera. Essa abordagem permite extrair **parâmetros relevantes para a gestão e aprimoramento** da prestação jurisdicional local. O ponto de partida para esse processo é a consideração da **experiência singular da Unidade e de sua equipe**.



A Corregedoria preserva um canal de comunicação com a primeira instância e **mantém contato com a Unidade** para conhecer as ocorrências relevantes desde a última autoinspeção para aprimoramento dos dados para a correição anual.



2. DIAGNÓSTICO



- Consultas realizadas no período de 29/5 a 3/6/2024.
- ◆ Relatório Correicional anterior com dados de 7/2022 a 4/2023.
- ◆ Relatório Correicional atual com dados de 6/2023 a 4/2024.



Acesse o **Anexo II - Glossário** para obter mais informações sobre os termos e relatórios utilizados e o **Anexo III - Normas institucionais** para o inteiro teor dos normativos.

Após análise dos **dados apresentados no Anexo I - Relatório Correicional**, foram feitas as seguintes constatações:

Macrovisão

	Necessidade de gerir a pauta de audiências com foco na contenção do aumento das audiências canceladas.
	Necessidade de gerir a pauta de audiências, com foco na redução do lapso temporal dos prazos para realização de audiências de Instrução.
	Necessidade da correta atribuição do rito de procedimento dos processos na designação de audiências no sistema PJe.
	Suspender a designação de audiência em processos em que são partes a União, o Estado, os Municípios e as autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, senão, manter apenas nas hipóteses do normativo.
	Houve aumento na Taxa de Conciliação Líquida em relação ao período correicional anterior.
	Redução do prazo médio acumulado da fase de conhecimento, todavia superior a 200 dias.



2ª Vara do Trabalho de Jaú

	Necessidade de gerir a fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, visando à redução do Prazo Médio e Idade Média na Execução com tendência de elevação.
	Necessidade de que a suspensão da etapa de execução forçada ocorra com o encaminhamento dos autos para "Aguardando Final do Sobrestamento" e não por arquivamento provisório, embora tenha havido significativa redução da quantidade de processos nesta situação.
	Manter a condução da gestão para elevar a quantidade de processos baixados na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, ensejando a redução da taxa de congestionamento na fase.
	Necessidade de indicação da quantidade e natureza do deslocamento na certidão de devolução do mandado, para fins de apuração das obrigações de pagar pela Unidade.
	Necessidade de conduzir a gestão para redução do intervalo de tempo para a utilização da ferramenta de bloqueio SISBAJUD, bem como de bloqueios efetivados, mas pendentes de desdobramento.
	Necessidade de conduzir a gestão para redução do intervalo de tempo para análise dos mandados devolvidos.
	Necessidade de conduzir a gestão para o cumprimento dos mandados com prazo vencido.
	Necessidade da correta utilização do Sistema GPrec.
	Necessidade de reavaliar a designação de corretores particulares, preferentemente, para indicação daqueles cadastrados no SIGEO.
	Necessidade de planejamento de novas medidas visando ao cumprimento da Meta 1 do CNJ - Julgar mais processos que os distribuídos.
	Meta 2 e Meta 5 do CNJ foram cumpridas.





A primeira análise para obter um diagnóstico da Unidade é feita por meio do **Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho - IGEST**.



#ParaTodosVerem: infográfico com os resultados dos cinco mesoindicadores do IGEST da Unidade.



O infográfico traz o resultado do IGEST ao centro e os mesoindicadores que o compõem ao redor (Acervo, Força de Trabalho, Celeridade, Congestionamento e Produtividade).



O IGEST da Unidade teve variação geral positiva e foi impactado pelos mesoindicadores Celeridade, Produtividade, Congestionamento e Força de Trabalho.

VALE LEMBRAR

- O encaminhamento dos autos à conclusão, tão logo decorra o prazo para razões finais, contribui para a celeridade processual.
- Contribuem para a redução do congestionamento na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada:
 - remessa de recursos ao E. TRT;
 - redistribuição;
 - arquivamento definitivo;
- Sempre que detectadas, a Unidade promoverá a correção de inconsistências dos registros processuais, a fim de garantir a autenticidade das informações estatísticas disponibilizadas no sistema e-Gestão.



3. AUDIÊNCIAS E PRODUTIVIDADE

3.1. AUDIÊNCIAS

3.1.1. Audiências Realizadas por Modalidade

Fonte: relatório do SAOPJe “Audiências 1º Grau”



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências realizadas por modalidade (presencial ou telepresencial/videoconferência) e, em linha, com o total realizado, no período de 2021 a 2023.



O gráfico reflete a relação do número de audiências realizadas na modalidade presencial com aquelas realizadas por videoconferência/telepresencial nos últimos três anos.



As audiências Iniciais, Unas e Tentativas de Conciliações em conhecimento e Liquidação/Execução, são na modalidade telepresencial. As audiências de Instruções são todas na modalidade presencial, com exceção aos pedidos de audiência na modalidade telepresencial ou híbrida, e dos processos que tramitam no juízo 100% digital.

Que a designação de instruções presenciais, mesmo no caso de processo 100% digital, não encontra óbice pelas partes processuais.



Atualmente, estão em andamento 1.890 processos sob o regime do "Juízo 100% Digital", dos quais 1.349 estão na fase de conhecimento.



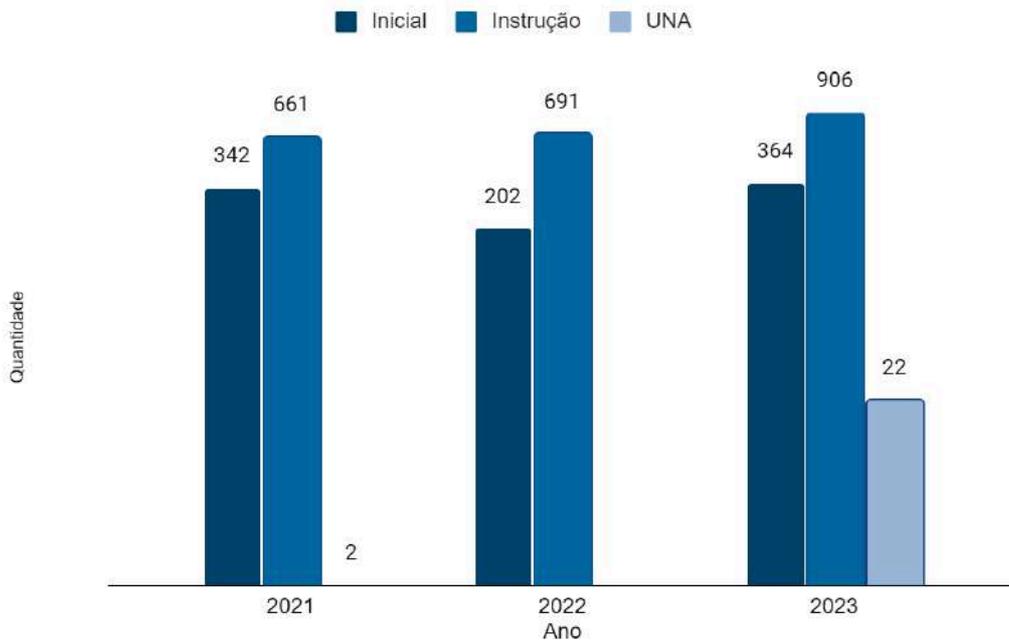
3.1.2. Audiências

Fonte: relatório do SAOPJe “Audiências 1º Grau”.



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências realizadas e canceladas, no período de 2021 a 2023.

Cancelamento por tipo de audiência



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com as quantidades de audiências canceladas por tipo, no período de 2021 a 2023.





O termo "cancelamento" é empregado para identificar as audiências possivelmente retiradas da pauta por realocações simples, devoluções de notificações ou solicitações das partes, assim como para aquelas redesignações que buscam antecipar a audiência, mesmo mantendo a mesma data.



Constata-se quantidade elevada e, em ascensão, de audiências canceladas, ano a ano, nos últimos três anos, com conseqüente retrabalho para a Secretaria.



O aumento no número de audiências canceladas se deve em virtude do rodízio de Juízes, em face da substituição do Juiz Titular no Tribunal desde o ano passado.



Informaram ainda que, quando uma audiência é cancelada, ela está sendo redesignada para as seguintes datas:

- Iniciais do rito sumaríssimo: 8/8/2024
- Iniciais do rito ordinário: 8/8/2024
- Unas do rito sumaríssimo: 8/8/2024
- Unas do rito ordinário: 8/8/2024
- Instruções do rito sumaríssimo: 18/10/2024, com antecipação em horário vagos
- Instruções do rito ordinário: 25/10/2024, com antecipação em horário vagos

VALE LEMBRAR

- O cancelamento de audiências demanda a reestruturação da agenda, resultando em uma revisão suplementar e acarretando em investimento adicional de recursos humanos.



3.1.3. Pauta

Fonte: painel sistema PJe

Pesquisa realizada em 28/5/2024 por amostragem, referente à semana de 1 a 5/7/2024

	Sala 1		Sala 2		TOTAL da UNIDADE
	Presencial	Tele-presencial	Presencial	Tele-presencial	
Inicial (Ord/Sum)	20	-	15	3	38
UNA (Ord/Sum)	-	-	-	2	2
INS (Ord/Sum)	4	8	3	10	25
Conciliação (CON)	-	-	-	-	-
Conciliação (LIQ/EXE)	-	-	-	-	-
TOTAL	32		33		

SALA	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira
1 - PRINCIPAL	✓	✓	✓	✓	-
2 - AUXILIAR	✓	✓	✓	✓	-

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de audiências designadas por sala (1 - principal e 2 - auxiliar), por modalidade (presencial ou telepresencial/videoconferência), por rito e por dia da semana.

✓	Na Sala 1 - Principal estão designadas 32 audiências e, na sala 2 - Auxiliar, 33.
---	---



3.1.4. Datas e Prazos para Realização de Audiências (pauta futura)

Fonte: painel do sistema PJe (pesquisa realizada em 28/5/2024)

TIPO	Informação da Autoinspeção (dias corridos)	Prazo até realização da audiência Pesquisa atual (dias corridos)	Designação com regularidade até Pesquisa atual (Data mais distante)
INICIAIS/Sum	45	62	30/7/2024
INICIAIS/Ord	45	63	31/7/2024
UNAS/Sum	-	-	-
UNAS/Ord	-	56	24/7/2024
INSTRUÇÕES/Sum	157	201	19/12/2024
INSTRUÇÕES/Ord	144	201	19/12/2024
CONCILIAÇÃO	-	9	7/6/2024

TIPO	Informação da Autoinspeção (dias corridos)	Prazo até realização da audiência Pesquisa atual (dias corridos)	Designação com regularidade até Pesquisa atual (Data mais distante)
INICIAIS/Sum	46	47	15/7/2024
INICIAIS/Ord	46	67	5/8/2024
UNAS/Sum	-	-	-
UNAS/Ord	-	61	29/7/2024
INSTRUÇÕES/Sum	145	186	4/12/2024
INSTRUÇÕES/Ord	155	200	18/12/2024
CONCILIAÇÃO	9	16	14/6/2024

#ParaTodosVerem: tabelas comparativas entre a informação da autoinspeção e a pesquisa atual, contendo as quantidades, datas e prazos para realização de audiências (pauta futura), divididas por sala (juiz titular e juiz auxiliar) e por rito processual.



3.1.4.1. Idade Média dos Processos - Da Distribuição até a Prolação da Sentença

Fonte: Sistema e-SInCor (pesquisa realizada em 11/6/2024)

IDADE MÉDIA DOS PROCESSOS Da Distribuição até a Prolação da Sentença	
RITO	VALOR EM DIAS
Rito Sumaríssimo	168,13
Exceto Rito Sumaríssimo	208,06

#ParaTodosVerem: tabela contendo a idade média dos processos, informando a duração, em dias, da distribuição até a prolação da sentença, por rito processual.



Na tabela acima, a idade média do acervo de processos distribuídos até a prolação de sentença, por rito, na Unidade.



Nos processos 0010445-30.2024.5.15.0055 e 0010447-97.2024.5.15.0055 do rito sumaríssimo, foram designadas audiências como se do rito ordinário fossem, em prejuízo da avaliação da celeridade quanto aos processos do rito sumaríssimo em comparação ao ordinário.



Audiências iniciais possuem prazo de realização próximo às Unas e instruções.



Ausência de priorização do rito sumaríssimo na designação de audiências da sala 1, já que elas possuem prazo similar àquelas do rito ordinário.

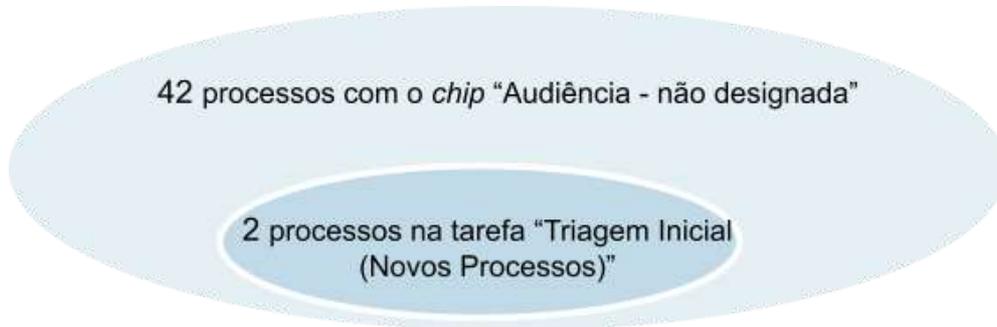


A designação da primeira audiência ocorre de forma automática, no momento da distribuição, não importando os ritos, pois são divididas em sala Principal e Auxiliar. Para as audiências iniciais não há separação por rito, esta separação é feita somente no momento da designação de instrução.



3.1.5. Processos Pendentes de Inclusão em Pauta

Fonte: Painel do sistema PJe (consulta em 28/5/2024)



#ParaTodosVerem: gráfico em elipse contendo as quantidades de processos pendentes de inclusão em pauta.



Acima, o infográfico de quantos processos estão pendentes de designação de audiência e, dentre eles, quantos são novos.



Os processos nos quais são partes a União, o Estado, os Municípios e as autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público são incluídos em pautas de audiências UNAS, por determinação do Juiz Titular, inclusive nos casos em que há pedido de perícia e, sendo necessário, neste caso, designa-se audiência de instrução.

O percentual estimado de processos com ente público na Unidade corresponde a aproximadamente 8%.



Inconsistência técnica acerca do *chip* "Audiência - não designada", sem responsabilidade da Unidade. Por vezes, não reflete a correta situação dos processos. Por exemplo:
Nos processos 0010434-98.2024.5.15.0055 e 0010433-16.2024.5.15.0055 a audiência já foi realizada, contudo, o *chip* só será excluído com movimentos decisivos - homologação de acordo ou sentença.



Há a criação de pauta exclusivamente criada para entes públicos como a pauta de 24/7/2024.



2ª Vara do Trabalho de Jaú



Há apenas dois processos na tarefa “Triagem Inicial”, distribuído em 27/5/2024, data anterior à consulta.

VALE LEMBRAR

- Priorizar a inclusão dos processos da tarefa “Triagem Inicial” na pauta de audiências, a fim de se evitar um grande lapso temporal entre o recebimento da ação e a designação da sessão.
- A inclusão de processos pendentes de audiência de instrução, no mesmo ato em que deferirem a produção da prova técnica, independentemente de sua finalização, evita que haja processos sem data de audiência.
- A inclusão de processos pendentes de audiência deve ser planejada de forma a, minimamente, preservar os prazos de audiência identificados.

3.1.6. Agenda do Magistrado



[Clique aqui para a agenda do Juiz Titular](#)

[Clique aqui para a agenda do Juiz Substituto](#)

[Clique aqui para a agenda do Juiz Substituto em auxílio fixo](#)



O Juiz Titular esteve em licença saúde de 9/1/2024 a 9/5/24 e, após, em gozo de férias até 29/5/2024. Convocado para substituições no Tribunal.



O Juiz substituto e a Juíza Substituta em auxílio fixo informaram trabalho presencial de 3 vezes por semana no mês de maio e junho/2024.



3.1.7. Outras Observações

Fonte: Processos consultados por amostragem no sistema PJe

	Indicação na ata da forma de participação		Agenda com vagas disponíveis no SISDOV
✓	Na ata de audiência do processo 0010280-80.2024.5.15.0055 constou a forma de participação das partes e magistrado.	✓	Existe agenda com disponibilidade para agendamento pelo Juízo Deprecante no município de Jaú

	Concessão de prazo para juntada de contestação sem realização de audiência
✓	Não foram localizados processos em que o Juízo tenha estipulado, após 29/11/2022, prazo para juntada de contestação sem realização de audiência.



Após a publicação do normativo, passaram a utilizar o *link* único permanente na plataforma Zoom para realização de audiências virtuais. Configuraram a sala de espera de acordo com o manual disponibilizado no anexo do normativo, incluindo o vídeo institucional com orientações para partes e advogados que ali ingressarem.

O secretário de audiências registra adequadamente o andamento de cada sessão no sistema AUD4 a fim de que o *status* informado no aplicativo JTe demonstre a situação da audiência em tempo real .

✓	Consulta por amostragem na pauta do dia 2/7/2024, nos processos 0010665-28.2024.5.15.0055 e 0010664-43.2024.5.15.0055, cujas audiências foram designadas em 2/5/2024, corroboram a informação do uso do <i>link</i> único.
---	--

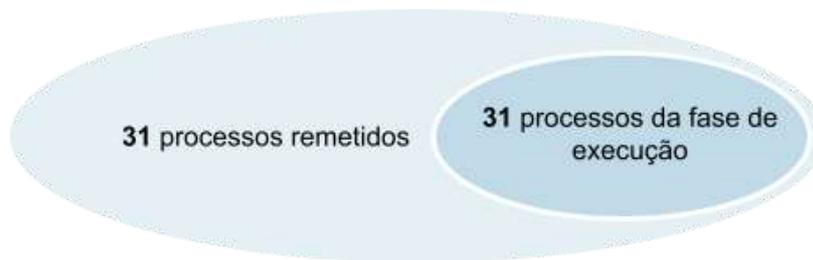


VALE LEMBRAR

- A padronização dos procedimentos nas audiências telepresenciais visa garantir a segurança e eficiência dos atos processuais realizados de forma digital ou eletrônica, bem como assegurar a qualidade do atendimento e serviços prestados ao jurisdicionado e à sociedade.
 - Conceitos da norma:
 - I – videoconferência: comunicação a distância realizada em ambientes de unidades judiciárias; e
 - II – telepresenciais: as audiências e sessões realizadas a partir de ambiente físico externo às unidades judiciárias.
- E, a participação por videoconferência, via rede mundial de computadores, ocorrerá:
I – em unidade judiciária diversa da sede do juízo que preside a audiência ou sessão, na forma da Resolução CNJ no 341/2020.

3.1.8. Audiências no CEJUSC-JT (Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas)

Fonte: sistema e-Sincor, variáveis 90430, 90434 e 90438 - CEJUSC-JT de Bauru



#ParaTodosVerem: gráfico em elipse contendo as quantidades de processos remetidos ao CEJUSC.



O infográfico mostra o encaminhamento de processos para o CEJUSC para as pautas de mediação ou de iniciais.

Além das pautas ordinárias, o CEJUSC é mobilizado para as semanas temáticas promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e Tribunal Superior do Trabalho (TST).



Constata-se o envio de processos ao CEJUSC para tentativa de conciliação.





O Cejusc é utilizado mais na fase de execução/liquidação, principalmente nos casos em que figuram reclamadas com histórico de conciliação ou em processos de execuções mais antigas.

VALE LEMBRAR

- A inclusão de processos com potencial conciliatório em pautas de tentativa de conciliação e mediação e o incentivo à capacitação e atuação de servidores na Unidade ou no CEJUSC podem contribuir para o êxito na composição e, conseqüentemente, para a elevação dos indicadores de desempenho.
- O encaminhamento de processos (já liquidados e não pagos voluntariamente após a citação) para pautas ordinárias de audiências de tentativa de conciliação, especialmente durante a Semana Nacional da Execução Trabalhista, contribui para a celeridade processual.

3.2. PRODUTIVIDADE

3.2.1. Acordos no Conhecimento

Fonte: e-SInCor, relatório painel do conhecimento - acordos

40% → 53%
Taxa de Conciliação Líquida

Proporção entre acordos homologados e processos solucionados, excluídas as desistências e arquivamentos.



Constata-se aumento significativo na solução dos processos por conciliação em relação ao período correicional anterior.



2ª Vara do Trabalho de Jaú

Quantidade de Acordos na fase de conhecimento

Fonte: e-SInCor, relatório painel do conhecimento - acordos

Período Correicional	7/2022 A 4/2023	6/2023 A 4/2024
Acordos Realizados	480	796
Média Mensal de Conciliação	48	72,36



Ampliação significativa da quantidade de acordos homologados na fase de conhecimento em relação ao período anterior.

3.2.2. Acordos em Execução

Quantidade de Acordos na fase de execução

Fonte: e-SInCor, relatório painel e-Gestão - variável 90378

Período Correicional	7/2022 A 4/2023	6/2023 A 4/2024
Acordos Realizados	50	100
Média Mensal de Conciliação	5	9,09

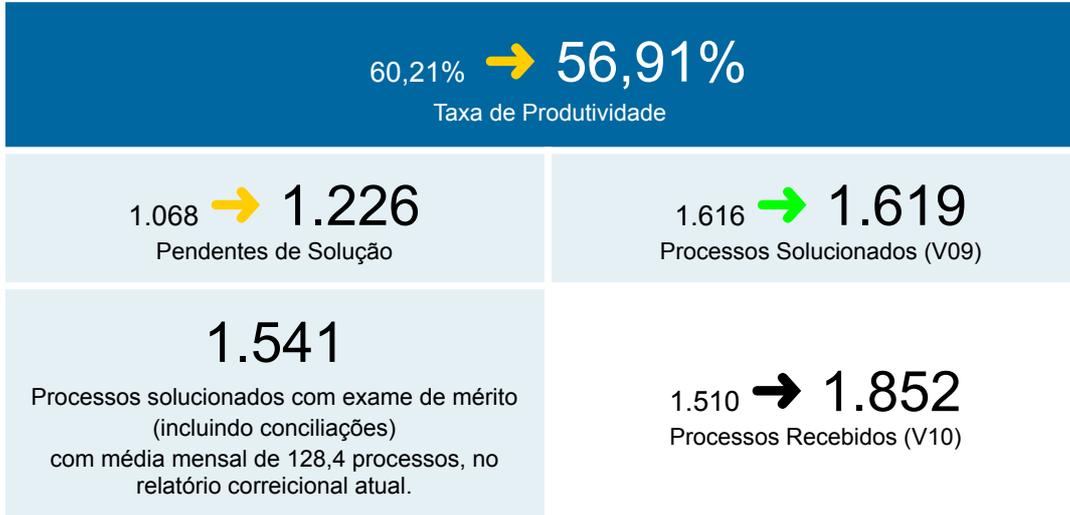


Ampliação da quantidade de acordos homologados na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada em relação ao período anterior.



3.2.3. Processos Solucionados

Fonte: relatório correicional, itens 4.1, 10.1 e 13.



	<p>Houve grande elevação na quantidade de processos recebidos, frente à pequena elevação da quantidade de soluções que não foi suficiente em face da nova demanda, resultando em uma variação desfavorável da taxa de produtividade.</p>
	<p>Expressiva elevação de 1.510 para 1.852 processos recebidos.</p>

VALE LEMBRAR

- A boa gestão para a solução de processos, frente à elevação da demanda deve contribuir para reduzir os processos Pendentes de Solução (aguardam julgamento) o que contribuiu para a Taxa de Produtividade.



3.2.4. Sentenças Líquidas Proferidas

Fonte: e-SInCor, relatório painel e-Gestão - variável 90055



Foram proferidas nove sentenças líquidas no último período correicional.



Não são realizadas mais sentenças líquidas pelo fato da falta de servidores habilitados, inclusive peritos, para tal encargo e do atraso na ocorrência da disponibilização da sentença.

VALE LEMBRAR

- O incremento de solução de processos por sentença líquida, contribui para abreviar o trâmite processual, porque a execução forçada, se o caso, iniciar-se-á diretamente, sem passar pela etapa de liquidação.

3.2.5 Incidentes Processuais Pendentes

Fonte: Relatório Correicional, item 7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução

	Novos	Resolvidos	Pendentes
Incidentes na liquidação / execução	154	141	31

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de incidentes processuais pendentes.



Na tabela acima, a produtividade dos magistrados na solução de incidentes processuais, bem como a quantidade de pendentes de solução.

VALE LEMBRAR

- A resolução dos incidentes processuais, observando a sua antiguidade, contribui para a celeridade no trâmite processual na fase de cumprimento de sentença.
- Conforme o caso, o saneamento das pendências nos registros estatísticos dos incidentes deve ser frequente, a fim de computar a efetiva produtividade dos magistrados.



4. FASE DE CONHECIMENTO

4.1. Acervo, Idade Média e Prazo Médio

4.1.1. Acervo de Pendentes

Fonte: Relatório Correicional, itens 4.1, 5.1, 6.1 e 14 e relatório e-Sincor, variável 90393 (processos conclusos com prazo vencido)

2.376 → 2.183 Pendentes de Finalização na fase de conhecimento	
319 → 363 Processos Aguardando a 1ª Audiência	636 → 690 Processos Aguardando Encerramento da Instrução
50 → 39 Idade Média da distribuição até a realização da 1ª audiência (em dias)	168 → 169 Idade Média da distribuição ao encerramento da instrução (em dias)
80 → 75 Prazo Médio da distribuição até a realização da 1ª audiência (em dias)	278 → 196 Prazo Médio da distribuição ao encerramento da instrução (em dias)
15 → 51 Pendentes de Julgamento Conclusos Com Prazo Vencido (V90393)	



O quadro demonstra o resultado da gestão de processos nas etapas da fase de conhecimento, desde o ajuizamento da ação até a prolação da sentença.



Redução dos processos pendentes de finalização no presente período correicional em relação ao anterior.



A redução da idade média e do prazo médio dos processos que aguardam primeira audiência indica que houve adequada gestão do acervo, nada obstante a realização de número menor de audiências.



2ª Vara do Trabalho de Jaú



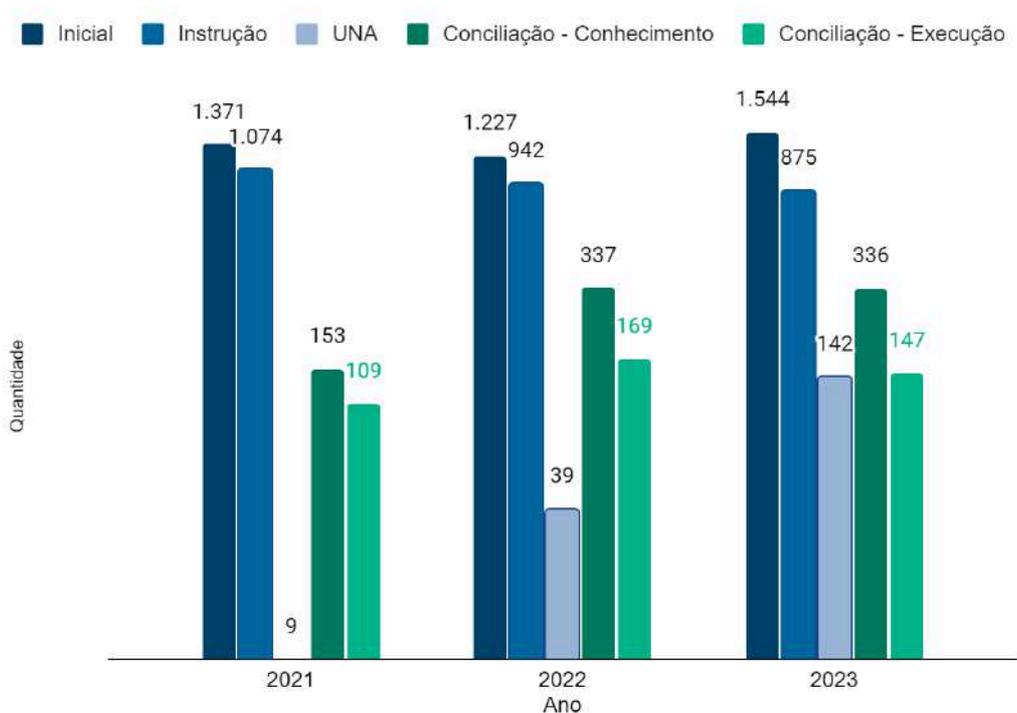
Expressiva elevação dos processos pendentes de julgamento conclusos com prazo vencido.

VALE LEMBRAR

- A boa gestão das etapas da fase de conhecimento engloba, ao fim, a solução de processos, que necessita planejamento para minimizar os processos pendentes de julgamento, sobretudo, os julgamentos conclusos com o prazo vencido.

4.1.2. Audiências por Tipo

Fonte: SAOPJe



#ParaTodosVerem: gráfico em barras com as quantidades de audiências por tipo.

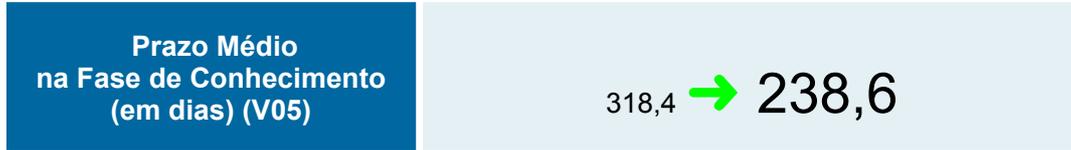


Por meio do gráfico é possível visualizar como a Unidade gerenciou a realização de audiências por tipo, segundo os acervos de processos aguardando a primeira audiência e aguardando o encerramento da instrução.



4.1.3. Prazo Médio no Conhecimento

Fonte: Relatório Correicional, item 5.1



✓ Significativa diminuição do prazo médio na fase de conhecimento, resultante da redução do intervalo de tempo (em dias corridos) entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença.

VALE LEMBRAR

- A redução da antiguidade dos processos de acervo, ainda que reflita, à primeira vista, a elevação do prazo médio, possibilita a paulatina redução desse prazo e da idade média dos processos ao longo da gestão.

4.2. Congestionamento no Conhecimento

Fonte: Relatório Correicional, itens 4.1 e 10.1



A taxa de congestionamento representa o volume de trabalho residual para tramitação na fase de conhecimento, em relação ao que foi recebido e realizado de tramitações de remessa para processamento de recurso, início da fase de cumprimento de sentença - etapa de liquidação ou da etapa de execução forçada ou arquivamento definitivo.





Nota-se a diminuição dos processos pendentes de baixa frente aos processos baixados que se elevaram, resultando na redução do congestionamento na fase em relação ao período anterior.



Nota-se o aumento dos processos baixados, o que mostra foco nas atividades residuais pós-sentença.

VALE LEMBRAR

- A remessa de processos para a fase de cumprimento de sentença - etapa de liquidação contribui para a redução da taxa de congestionamento na fase de conhecimento.
- A evolução dos indicadores do conhecimento ocorre com a baixa dos processos com o registro adequado dos movimentos processuais, quais sejam: remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; remetidos para as instâncias superiores; arquivados definitivamente; em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução.

4.3. Análise de Processos (Autoinspeção e Cumprimento de Normativos)

→ Processos localizados por amostragem.



Constata-se a manifestação explícita de preenchimento dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade dos recursos ordinário (0011341-10.2023.5.15.0055) e agravo de petição (0011653-93.2017.5.15.0055).



A otimização de procedimentos no controle de perícias foi observada, visto que presente a delimitação de prazos subsequentes para partes e perito no processo 0011668-52.2023.5.15.0055.



A comunicação e envio de peças processuais, como laudo, impugnações e pedidos de esclarecimentos, entre partes e perito ocorreu exclusivamente dentro dos autos, no processo 0011555-98.2023.5.15.0055.



No processo 0011862-52.2023.5.15.0055, foi observada a indicação exata do local da perícia, bem como do objeto a ser periciado.



2ª Vara do Trabalho de Jaú



Constata-se a ausência do CPF do segundo reclamado no cadastro do sistema PJe no processo 0010327-54.2024.5.15.0055, muito embora haja documento juntado nos autos.



Verifica-se o cadastramento de nova atividade de GIGS obrigatório nos processos 0010708-96.2023.5.15.0055 “CON - sobrestamento - conexão/prevenção”, 0010473-32.2023.5.15.0055 “CON - Razões Finais” e 0011329-64.2021.5.15.0055 “CON1 - Meta 2 - prioridade”.



Há dificuldade de aceitação dos peritos na disponibilização das agendas, principalmente para os que realizam laudos de insalubridade/periculosidade, pois preferem reunir vários processos da mesma jurisdição para a realização da perícia. Neste caso, informam as datas quando já reunido a quantidade razoável de processos. O local da perícia já consta discriminado na ata de audiências.

Para as manifestações, as partes monitoram os processos com as datas já pré fixadas em ata, quando da designação, não havendo mais contatos via endereço eletrônico.

VALE LEMBRAR:

- O acesso do Juízo à agenda do perito para fixar a data da perícia no próprio ato de sua designação contribui para a otimização da colheita da prova técnica. Na hipótese de falta do acesso à agenda, a comunicação da data da perícia pelo perito dar-se-á exclusivamente no próprio processo no sistema PJe.
- No curso da colheita da prova técnica, todas as comunicações necessárias entre as partes e o perito devem ser praticadas pela Vara do Trabalho. Assim, as partes devem peticionar nos autos, requerendo ao juízo a comunicação de quaisquer informações ou solicitações ao perito, que também deve peticionar nos autos eletrônicos para solicitar ou responder às comunicações das partes.
Destaca-se, ainda, que todos os documentos pertinentes à prova devem ser anexados diretamente no sistema PJe, não devendo haver comunicação e envio de peças processuais, como laudo, impugnações e pedidos de esclarecimentos, fora dos autos.



5. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

5.1. Acervo e Prazo Médio na Etapa de Liquidação

Fonte: Relatório Correicional, itens 4.2 e 5.2



#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de processos pendentes de finalização, e também com o prazo médio na etapa de liquidação.



O infográfico demonstra a quantidade de processos pendentes de finalização na etapa de liquidação, englobando aqueles que aguardam o cumprimento de acordo homologado, aqueles que aguardam a liquidação de sentença, bem como aqueles que, já liquidados, ainda não entraram na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada. Ademais, explicita o prazo médio de tramitação dos processos na etapa da liquidação.



A migração para a liquidação dos acordos homologados no conhecimento e a mudança da regra do cálculo do item do e-Gestão ocorrida em sua versão 3.0 podem contribuir para a elevação dos processos pendentes de finalização na etapa de liquidação.



Notável redução do prazo médio na etapa de liquidação em comparação ao ano anterior.



Não há processos arquivados provisoriamente na liquidação.



5.2. Acervo, Idade Média e Prazo Médio na Etapa de Execução Forçada

5.2.1. Acervo de Pendentes

Fonte: relatório correicional, itens 4.3, 5.3 e 6.3

2.212 → 2.251

Pendentes de Finalização na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada

1.819 → 2.180

Pendentes de extinção

341 → 395

Execuções Encerradas (V17)

477 → 519

Processos Baixados (V14)

517 → 479

Execuções iniciadas (V16)

1.264 → 1.421

Idade Média na Execução
(em dias)

831,2 → 910,3

Prazo Médio na Execução
(em dias) (V07)



Acima, o resultado da gestão de processos na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, considerando as execuções iniciadas, encerradas e finalizadas na fase.



Elevação do número das execuções encerradas, frente à quantidade de execuções iniciadas.



Elevação do número de execuções pendentes de extinção da execução e de finalização na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada comparado ao ano anterior.





Elevação da idade média e do prazo médio dos processos da execução. A conjugação dos resultados indica que, aparentemente, o encerramento da execução não está necessariamente direcionado aos processos com maiores tempos de tramitação.



Os cinco processos mais antigos da fase são os mesmos da correição anterior, devendo ser mantido o acompanhamento acerca da manutenção ou não da condição processual que impede sua tramitação imediata.

VALE LEMBRAR

- Os processos suspensos/sobrestados por execução frustrada ou aqueles aguardando pagamento mediante certidão em processos que envolvem recuperação judicial/falência são contabilizados no acervo de processos pendentes de finalização na execução.
- A inclusão de processos da execução com potencial conciliatório em pautas ordinárias de tentativa de conciliação e mediação e o incentivo à capacitação e atuação de servidores na Unidade podem contribuir para o êxito na composição e, conseqüentemente, para a elevação dos indicadores de desempenho.
- O encaminhamento de processos ao CEJUSC para pautas de audiências de tentativa de conciliação, especialmente durante a Semana Nacional da Execução Trabalhista, contribui para a celeridade processual.
- A gestão dos processos com maiores tempo de tramitação, submetendo-os à conclusão quando aptos, contribui para a prestação jurisdicional mais célere e efetiva.



5.2.2. Arquivo Provisório na Execução

Fonte: Relatório Correicional, item 4.4

366 → 9

Processos da execução no Arquivo Provisório



Notável redução na quantidade de processos arquivados provisoriamente, em relação ao período correicional anterior.

VALE LEMBRAR

- A utilização dos movimentos de suspensão, em vez de "arquivo provisório", para movimentação para o fluxo de "aguardando final do sobrestamento" em vez de "Arquivo provisório" beneficiam a gestão do acervo.

5.3. Congestionamento - Etapa de Execução Forçada

Fonte: Relatório Correicional, item 4.3

80,30% → 78,88%
Taxa de Congestionamento

517 → 479

Execuções iniciadas (V16)

477 → 519

Processos Baixados (V14)

1.944 → 1.938

Pendentes de Baixa (V04)



O congestionamento acima representa o volume de trabalho residual para tramitação na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada, que relacionado às tramitações de remessa para processamento de recurso ou arquivamento definitivo determinam a taxa de congestionamento.



Aumento na quantidade de processos baixados, reduzindo o congestionamento na fase, em relação ao período anterior.



VALE LEMBRAR

- Contribuem para a redução da taxa de congestionamento na execução:
 - ➔ remessa de recursos ao E. TRT;
 - ➔ redistribuição;
 - ➔ arquivamento definitivo;

5.4. Análise de Processos da Execução

Fonte: painel do sistema PJe

➔ Processos localizados por amostragem.

✓	Houve transmissão das ordens de liberação de valores do processo 0010214-03.2024.5.15.0055 por meio do sistema SIF/SISCONDJ.
✓	Observou-se os lançamentos das obrigações de pagar do processo 0010497-60.2023.5.15.0055 no sistema PJe, para alimentação do sistema Exe-PJe.
✓	Reunião de execuções trabalhistas dos processos 0010668-90.2018.5.15.0055 e 0010655-91.2018.5.15.0055 (piloto) para otimização dos procedimentos executórios.
✓	Determinação de sobrestamento, com encaminhamento dos autos para “Aguardando Final do Sobrestamento”, no processo 0010882-81.2018.5.15.0055, pois foi reconhecida a execução frustrada.
✓	Suspensão da execução do processo 0012167-46.2017.5.15.0055, com encaminhamento para “Aguardando Final do Sobrestamento”, após a expedição das certidões de habilitação de crédito.
⚠	Não consta da certidão do oficial de justiça o registro da quantidade e natureza do deslocamento das diligências realizadas nos processos 0011608-21.2019.5.15.0055 e 0011126-05.2021.5.15.0055.



2ª Vara do Trabalho de Jaú

	Não foram fixadas custas de execução no processo 0010825-29.2019.5.15.0055 após a expedição do auto de arrematação.
	Verifica-se no processo 0010023-02.2017.5.15.0055 o cadastramento de nova atividade de GIGS "LIQ - sobrestamento - parcelamento".
	Foi verificado no processo 0010150-71.2016.5.15.0055 o cadastramento de nova atividade de GIGS "EXE - sobrestamento - parcelamento". Já no processo 0010897-84.2017.5.15.0055 foi observado o cadastramento do GIGS "EXE - sobrestamento - recuperação judicial/falência", no processo 0010767-21.2022.5.15.0055 o cadastramento do GIGS "EXE - sobrestamento - reunião de execução" e, no processo 0011634-53.2018.5.15.0055 o cadastramento do GIGS "EXE - sobrestamento - solução do processo principal".
	Verifica-se que, em consulta por amostragem, o processo 0011602-48.2018.5.15.0055 foi arquivado com certidão de contas zeradas em conformidade com o normativo.

5.4.1. Execução Forçada / Bloqueio de Valores

Fonte: Painel do sistema PJe e relatórios do Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJUD

Dados de 6/2023 a 4/2024

Processos aguardando utilização		Ordens protocolizadas	Bloqueios efetivados pendentes de desdobramento	
Quantidade	Mais antigo		Quantidade	Mais antigo
18	21/5/2024	1.151	22	26/6/2023

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades e datas mais antigas de processos aguardando utilização do sistema de bloqueio de valores, ordens protocolizadas e bloqueio efetivados pendentes de desdobramento.

	Necessidade de melhor gerir o intervalo de tempo para a utilização da ferramenta de bloqueio, considerando a natureza alimentar do crédito, pendente desde 21/5/2024.
---	---





Existem bloqueios efetivados pendentes de desdobramento, a exemplo do processo 0010052-86.2016.5.15.0055, cuja ordem foi respondida em 26/6/2023 e até a presente data pendente de transferência ou desbloqueio.

VALE LEMBRAR

- O saneamento das pendências de bloqueios efetivados deve ser frequente, com a pronta emissão de ordem de transferência dos valores ou emissão de ordem de desbloqueio, conforme o caso.

5.4.2. Mandados Expedidos e Devolvidos ao Juízo

Fonte: Painel do PJe da Unidade e da Central de Mandados Unificada de Bauru (consulta em 28/5/2024)

Mandados expedidos pendentes de distribuição		Mandados devolvidos pendentes de apreciação	
Quantidade	Mais antigo	Quantidade	Mais antigo
3	27/5/2024	32	8/4/2024

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades e datas mais antigas de mandados expedidos pendentes de distribuição e devolvidos pendentes de apreciação.



A Unidade tem a área de zoneamento devidamente parametrizada para a distribuição automática dos mandados.



Necessidade de melhor gerir o prazo para análise dos mandados devolvidos.



Foram utilizadas as seguintes ferramentas eletrônicas para a efetividade da execução: SISBAJUD, RENAJUD, ARISP, INFOJUD (incluindo IRPF, DIMOB, DOI, DECRED), SERASAJUD e CNIB (0011938-86.2017.5.15.0055).



VALE LEMBRAR

- A otimização da gestão dos mandados devolvidos contribuirá positivamente para o tempo médio de tramitação dos processos na fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada.
- O estímulo ao cadastramento das empresas privadas e pessoas físicas para recebimento de citações e notificações por meio eletrônico, na forma prevista pelos normativos Nacional e Regional, contribui para a otimização dos procedimentos processuais.

5.5. Oficiais de Justiça

5.5.1. Mandados pendentes de cumprimento por Oficial de Justiça

Fonte: Pannel do sistema PJe da Central de Mandados Unificada de Bauru(consulta em 28/5/2024)

Oficial de Justiça	Mandados pendentes de cumprimento	
	No prazo	Prazo excedido
Luciana Elisa Perobelli Canhete	24	2
Paulo Fernando Rossi	8	0
Antonio Carlos Pestili Fonseca	15	5
Reginaldo Colaute Martin	34	0
TOTAL	81	7

#ParaTodosVerem: tabela com os nomes dos oficiais de justiça, quantidades de mandados.





O sistema PJe considera o prazo de 60 dias para o cumprimento das diligências pelos oficiais de Justiça, sinalizando em “vermelho” aquelas que ultrapassarem referido prazo. Entretanto, a apuração de eventual atraso deve ser analisada à luz da parametrização local.



O prazo para cumprimento das diligências está definido nos artigos 4º, 31 e 36 da Ordem de Serviço nº 01/2022 (parametrização local da Central de Mandados Unificada de Bauru) nos seguintes termos: 90 dias para mandados de pesquisa com pequena e média complexidade e 180 dias para mandados de maior complexidade, assim entendidos aqueles com mais de 10 investigados. Já os demais mandados deverão ser cumpridos no prazo de 9 dias em caso de urgência, 30 dias para diligências na zona urbana e 90 dias para diligências na zona rural.



Há diligências pendentes de cumprimento, com prazo vencido, o mais antigo distribuído em 6/12/2023, sob responsabilidade do oficial Antonio Carlos Pestili Fonseca (0011209-60.2022.5.15.0063).

5.5.2. Diligências realizadas no período correicional por Oficial de Justiça

Fonte: Sistema SAOPJe - relatório diligências realizadas por período

Oficial de Justiça	Quantidade de diligências realizadas
Antonio Carlos Pestili Fonseca	106
Luciana Elisa Perobelli Canhete	372
Paulo Fernando Rossi	372
Reginaldo Colaute Martin	364

#ParaTodosVerem: tabela com os nomes dos oficiais de justiça e as quantidades de diligências realizadas.





Para o oficial de justiça Antonio Carlos Pestili Fonseca é distribuído um número menor de mandados, haja vista que ele auxilia nas conciliações da Unidade.



O acompanhamento dos trabalhos dos oficiais é feito pelo próprio painel deles, uma vez que, após o retorno deles à origem, foi solicitado acesso ao painel da Central de Mandados (chamado R141186) e até o momento não foi concedido.

5.6. Alienação de bens

Fonte: Unidade correicionada



A Unidade adota a venda de bens na modalidade direta, contando com dois corretores particulares Luciano Grizzo e Benito Tomaz Vicensotti. O primeiro possui cadastro rejeitado no SIGEO.

O corretor particular Luciano Grizzo apresenta significativo êxito na sua atuação.



Verifica-se, após análise ao sistema Exe-Pje, que somente o senhor Benito Tomaz Vicensotti é cadastrado como corretor no referido sistema. A consulta efetuada com relação à pessoa de Luciano Grizzo, demonstrou não existir cadastro.

5.7. RPV / Precatórios

Fonte: Sistemas PJe e GPREC

GPREC

O sistema de Gestão Eletrônica de Precatórios - GPREC foi implementado para gerir as requisições de pequeno valor e os precatórios neste Regional.



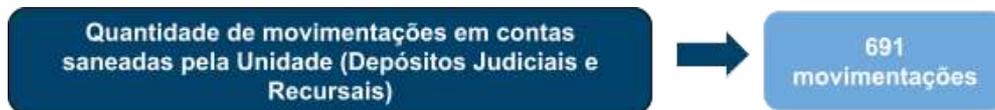
Foram encontrados dois processos aguardando expedição de Requisições de Pequeno Valor - RPV ou Precatório no sistema PJe, com datas recentes



	à consulta (29/5/2024).
	Existe uma diligência pendente de resposta à Assessoria de Precatórios no sistema GPREC, datada de 18/3/2024 (0011560-28.2020.5.15.0055).
	Necessidade de saneamento do sistema GPREC em relação à baixa de RPV/Precatório por já quitados, como nos processos 0010099-84.2021.5.15.0055, 0010978-67.2016.5.15.0055 e 0010415-34.2020.5.15.0055. Este último já se encontra no arquivo definitivo.
	Não foram constatadas RPV vencidas, sem desdobramentos (0010382-10.2021.5.15.0055 e 0010853-26.2021.5.15.0055).

5.8. Projeto Garimpo

Fonte: Auditoria da Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial
Dados atualizados até 5/4/2024



#ParaTodosVerem: organograma sobre o Projeto Garimpo com a quantidade de movimentações em contas saneadas pela Unidade.



Dados extraídos de auditoria realizada pela Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial, considerando registros de movimentações maiores ou iguais a R\$0,01 e informações de saneamento das contas.

VALE LEMBRAR

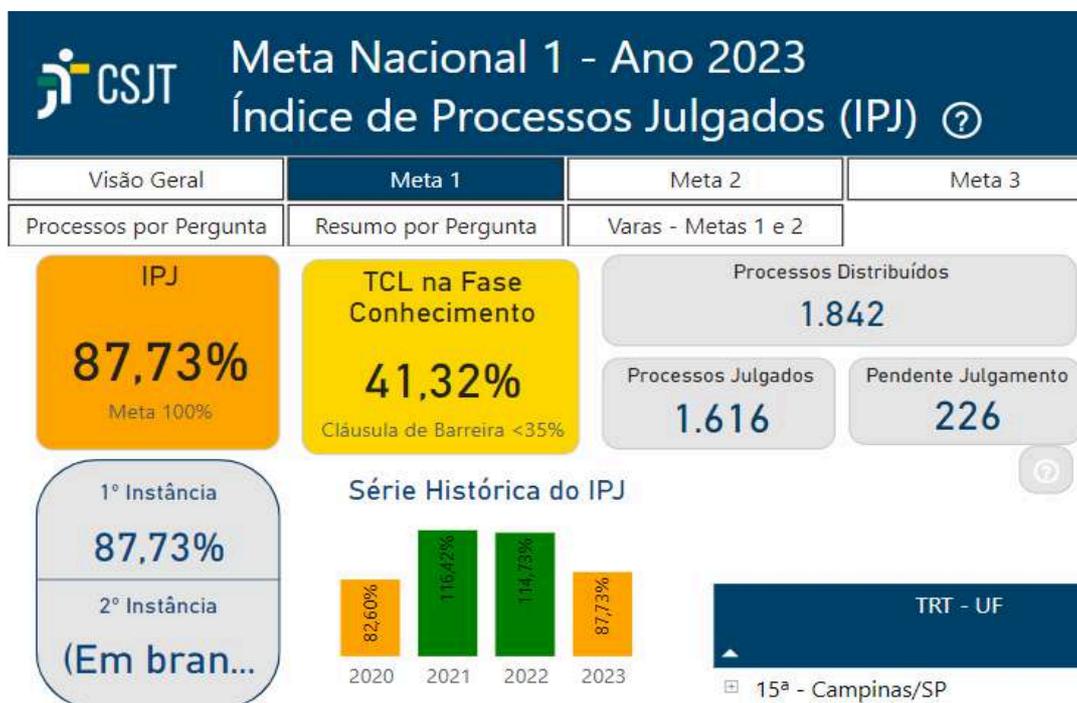
- Ao realizar arquivamento definitivo do processo, entre outras providências, é necessário verificar a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis vinculados ao processo e a exclusão de eventuais inscrições no BNDT.
- Devem ser registradas no sistema apenas movimentações em contas vinculadas a processos arquivados anteriormente a 14/2/2019. Ainda, nessas contas, o registro de saneamento deve ser feito na expedição da ordem de liberação de valores, e apenas em contas cujo saldo inicial era superior a R\$ 0,01.



6. METAS CNJ

Fonte: [Painel de Gestão de Metas do CSJT - Ano 2023](#) - Atualizado até 29/5/2024

6.1. Meta 1 [CNJ 2023] - Julgar mais processos que os distribuídos



6.2. Meta 2 [CNJ 2023] - Julgar processos mais antigos

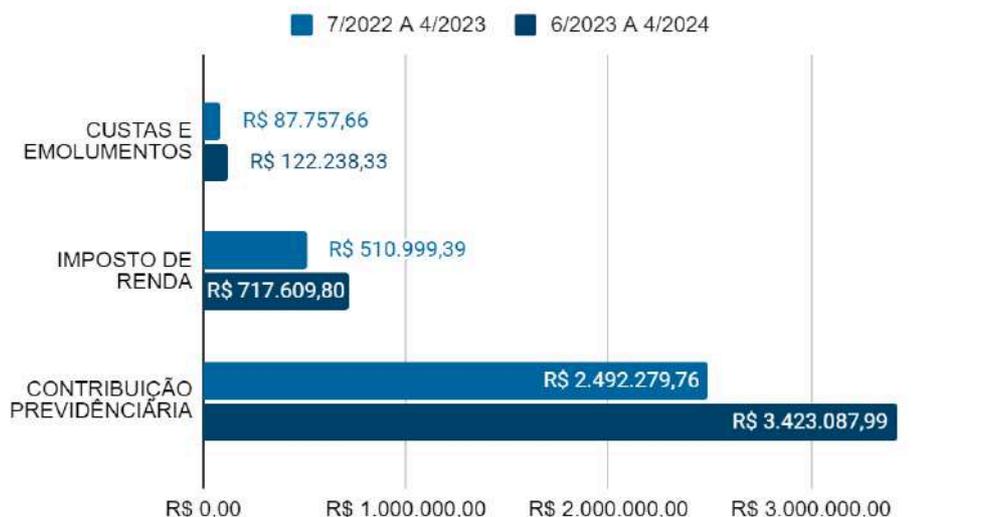


6.3. Meta 5 [CNJ 2023] - Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida



7. ARRECAÇÃO

Fonte: Relatório Correicional, item 12.



#ParaTodosVerem: gráfico em barras comparando os valores, em reais, de custas e emolumentos, imposto de renda e contribuição previdenciária arrecadados no período correicional anterior e no atual.

VALE LEMBRAR

- É necessário registrar adequadamente os valores no sistema, permitindo a análise dos valores arrecadados em razão da atuação Justiça do Trabalho.

8. DELIBERAÇÕES FINAIS



Na correção ordinária conduzida em 27/6/2023, a Unidade foi autorizada a empregar o modelo simplificado para autoinspeção subsequente. Portanto, levando em conta que o uso desse modelo está restrito a dois períodos correicionais consecutivos na Unidade, resta autorizada, ainda, uma oportunidade para apresentar o modelo simplificado de relatório para a próxima autoinspeção.



Orienta-se os magistrados e os servidores das varas do trabalho quanto à utilização regular da ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em 1ª Instância WIKI-VT na tramitação dos processos.

Link: (<https://fluxonacional.jt.jus.br/> - (Nome do usuário é o CPF do servidor).

Os gestores devem analisar a ata, discutir o conteúdo dela com os membros da secretaria judiciária e planejar o efetivo cumprimento, sem a necessidade de informação imediata a esta Corregedoria. Trata-se de autonomia na gestão, com foco em dados oficiais.

Para tanto, orienta-se a utilização da matriz Gravidade, Urgência e Tendência (GUT), ferramenta de gestão utilizada para priorização de tarefas e estratégias.

MATRIZ GUT = G x U x T					
G	Gravidade	U	Urgência	T	Tendência
	Impacto e intensidade do problema se não resolvido.		Prazo, tempo possível para solucionar.		Potencial de crescimento do problema, padrão de evolução no tempo na ausência de solução.

#ParaTodosVerem: tabela explicativa da matriz GUT - Gravidade, Urgência e Tendência.



Metodologia de tomada de decisão racional com fatos e evidências. Resposta para o que fazer primeiro em cenários complexos. Separar o urgente ou importante e criar um fluxo de trabalho eficiente para cumprir todas as tarefas em prazo útil.





Acesse o **Documento Complementar** ao ato presencial para obter mais informações sobre os encaminhamentos da ata de correição, atendimentos realizados, horário de encerramento e demais assuntos correlatos.

Acesso à íntegra dos materiais sobre os temas:

Acessibilidade e Inclusão

Combatendo a Violência
contra as mulheres



#ParaTodosVerem: Código QR para acesso ao material sobre o tema "Acessibilidade e Inclusão"

#ParaTodosVerem: Código QR para acesso ao material sobre o tema "Combatendo a Violência contra as mulheres"





Missão

Fiscalizar e orientar a atuação
da primeira instância.

Visão de futuro

Ser conhecida no poder-dever de fiscalizar.



Valores

Comunicação, comprometimento,
ética, respeito e transparência.

Estratégia da Corregedoria Regional 2022 / 2026



Ocorrências

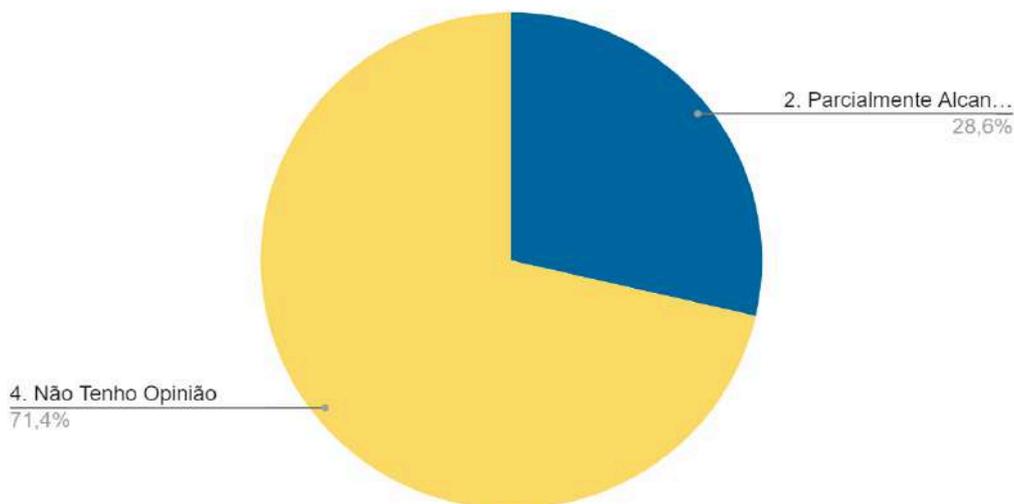
	Participaram, presencialmente, o Juiz Titular Maurício de Almeida, o Juiz Substituto Gustavo Castro Picchi Martins e a Juíza Substituta em auxílio fixo Érika Rodrigues Pedreus Morete.
---	---

A Unidade conta com uma servidora que, devido a problemas de saúde, tem apresentado comprometimento de visão e audição. É essencial que este Tribunal atue para garantir que ela tenha igualdade de oportunidades, como os demais servidores da Vara do Trabalho, no acesso à informação, à comunicação e às instalações onde trabalha.

Nesse contexto, Sua Excelência a Corregedora Regional, Desembargadora Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza, determinou que uma cópia da presente ata de correição ordinária seja encaminhada à Presidência, à Secretaria de Saúde e ao Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão, para conhecimento e providências cabíveis.

Percepção/demandas de gestoras e gestores da unidade

Percepção - alcance dos objetivos do projeto "A Escuta da Primeira Instância":



#ParaTodosVerem: gráfico em pizza, representando índice de alcance de objetivo mediante apenas quatro respostas possíveis, por percentuais e fatias da pizza em quatro, ou menos, cores diversas.



Demandas de servidoras e servidores

Não houve.

Atendimentos

Não houve.

Providências multidisciplinares

Encaminhe-se cópia desta Ata de Correição, valendo como ofício, em ato contínuo à publicação, à Presidência, à Secretaria de Saúde e ao Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão, para conhecimento providências necessárias, em virtude do apontamento no título "Ocorrências", acima.

Encerramento

Em 27 de junho de 2024 às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e nós, Adilson Sergio Bertoldo Junior e Suely Suzuki, Assessores da Corregedoria Regional, e Vladimir Nei Suato, Secretário da Corregedoria Regional, lavramos a Ata de Correição Ordinária e o Documento Complementar ao ato, anexos, que, depois de lidos, vão assinados eletronicamente por Sua Excelência a Desembargadora RITA DE CÁSSIA PENKAL BERNARDINO DE SOUZA, Corregedora Regional, a ser publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal, na internet.





RELATÓRIO CORREICIONAL

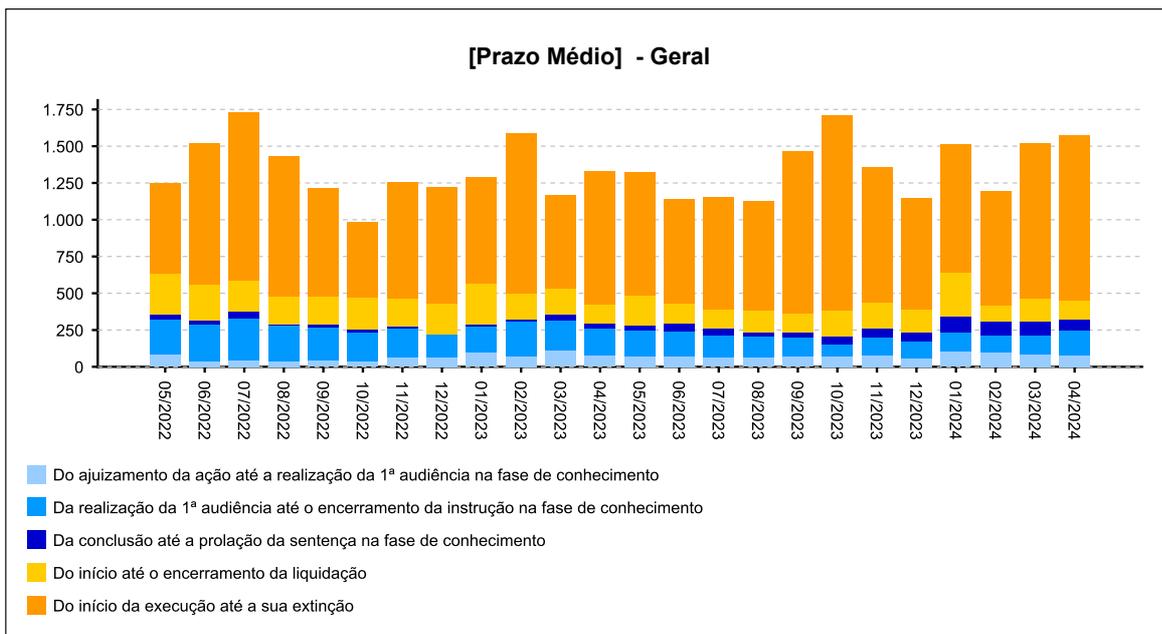
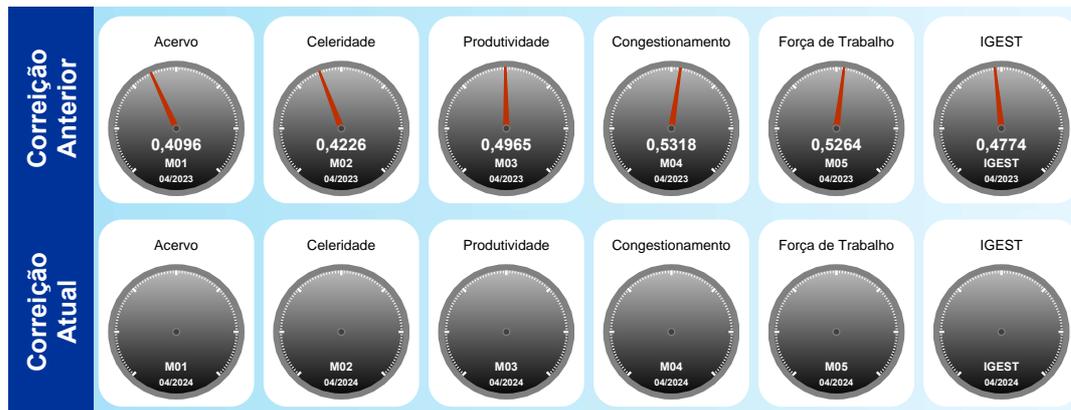
2ª VARA DO TRABALHO DE JAÚ - 0055
 [1501 a 2000 processos]



Utilize o leitor de QRCode de seu smartphone ou tablet e tenha acesso ao relatório no dispositivo móvel

INFORMAÇÕES DA UNIDADE:

Lei de Criação: 7.729/89
 Data de Instalação: 16/02/1990
 Data de Instalação do PJE: 09/10/2013
 Data da Última Correição: 27/06/2023





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Índice

- [1 - TITULARIDADE](#)
- [2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS](#)
- [3.1 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Lotação](#)
- [3.2 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Ausências, exceto férias](#)
- [3.3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Estagiários](#)
- [3.4 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS - Ações de capacitação](#)
- [4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS](#)
- [5 - PRAZOS MÉDIOS](#)
- [6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO](#)
- [7 - INCIDENTES PROCESSUAIS](#)
- [8 - RECURSOS](#)
- [9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO](#)
- [10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS](#)
- [11 - DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL](#)
- [12 - ARRECADAÇÃO](#)
- [13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO](#)
- [14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA](#)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

[Voltar](#)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
MAURICIO DE ALMEIDA	11/02/2016

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
18/09/2023 a 07/10/2023	FÉRIAS
09/01/2024 a 09/05/2024	LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - MAGISTRADO -
10/05/2024 a 20/05/2024	FÉRIAS





2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/06/2023 a 19/05/2024]:

[Voltar](#)

(fonte: e-Correção Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ERIKA RODRIGUES PEDREUS MORETE	14/06/2023 a 31/07/2023
ERIKA RODRIGUES PEDREUS MORETE	18/10/2023 a 19/11/2023
ERIKA RODRIGUES PEDREUS MORETE	20/11/2023 a 06/01/2024
ERIKA RODRIGUES PEDREUS MORETE	07/01/2024 a 20/05/2024

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
20/07/2023 a 27/07/2023	LICENÇA LUTO - MAGISTRADO - ATÉ 08 DIAS
20/11/2023 a 19/12/2023	FÉRIAS

NOME	PERÍODO
FERNANDA AMABILE MARINHO DE SOUZA GOMES	18/09/2023 a 17/10/2023

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	15/05/2023 a 13/06/2023
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	14/06/2023 a 23/06/2023
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	17/07/2023 a 07/01/2024
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	07/01/2024 a 20/05/2024

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
18/09/2023 a 17/10/2023	FÉRIAS
07/02/2024 a 07/03/2024	FÉRIAS

NOME	PERÍODO
LARISSA RABELLO SOUTO TAVARES COSTA	05/06/2023 a 13/06/2023

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
05/06/2023 a 13/06/2023	LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - MAGISTRADO -





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/06/2023 a 19/05/2024]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
RENATO CLEMENTE PEREIRA	31/07/2023 a 15/08/2023
RENATO CLEMENTE PEREIRA	16/08/2023 a 17/09/2023

Afastamentos: Não houve





3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.1 - Lotação [30/04/2024]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
CASSIA MARIA NOGUEIRA PINTO DE MOURA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	29/10/1993
CLEIA MARIA DA LUZ FERRARESE NOGUEIRA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	14/10/2002
ERICA CRISTINA CASTAN MOSCATTO	AJJ	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	28/10/2015
ISABELLE RIBEIRO	REQ	FC-01 EXECUTANTE	27/02/2023
JANIA CARVALHO VOLPATO	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	01/09/2015
JORDANA MARIA SAGGIORO MARASATO	REQ	FC-01 EXECUTANTE	07/01/2021
LUCIANE APARECIDA POLITO	TJA	FC-04 CALCULISTA	21/06/1991
OSVALDO ROVERI JUNIOR	REQ	FC-01 EXECUTANTE	06/06/1997
RODRIGO COELHO MORAES DOS SANTOS	REQ	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	24/07/2018
VALERIA DELLA PENNA MORENO	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	28/04/1994
VERA LUCIA BALDINI	REQ	FC-02 ASSISTENTE	10/03/1998
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			6
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			5





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.2 - Ausências, exceto férias [06/2023 a 04/2024]:
(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
FOLGA COMPENSATÓRIA - INDETERMINADO	2
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - REQUISITADO RPPS - INDETERMINADO	7
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - SERVIDOR RPPS - ATÉ 24 MESES	45
TOTAL	54





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.3 - Estagiários [30/04/2024]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
AMANDA HELENA CINQUINI	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	01/03/2023
ARIELY KETLEN MIRANDA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	01/03/2023





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

[Voltar](#)

3.4 - Ações de capacitação [30/04/2024]: (fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
FERNANDA AMABILE MARINHO DE SOUZA GOMES	12
GUSTAVO CASTRO PICCHI MARTINS	10
MAURICIO DE ALMEIDA	10
RENATO CLEMENTE PEREIRA	10

SERVIDORES	HORAS
ERICA CRISTINA CASTAN MOSCATTO	15
JANIA CARVALHO VOLPATO	23
RODRIGO COELHO MORAES DOS SANTOS	3





4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

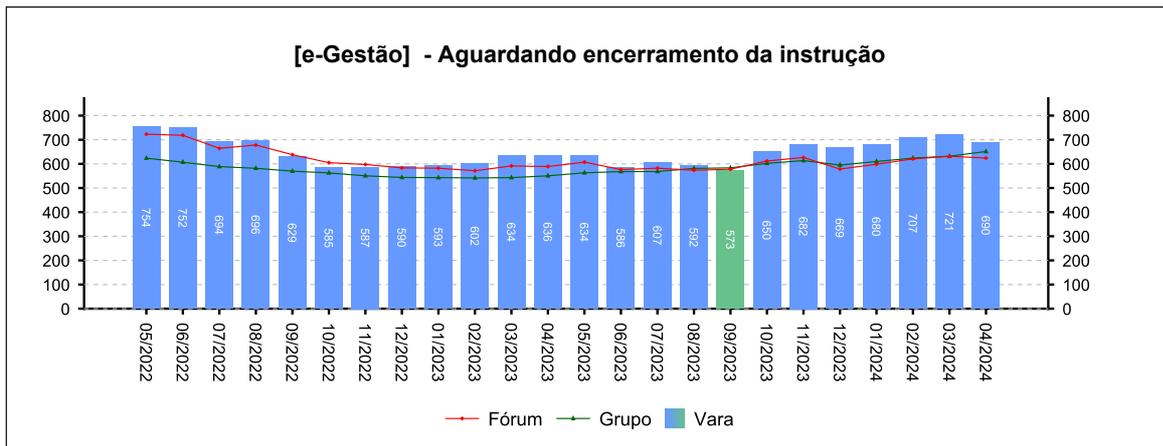
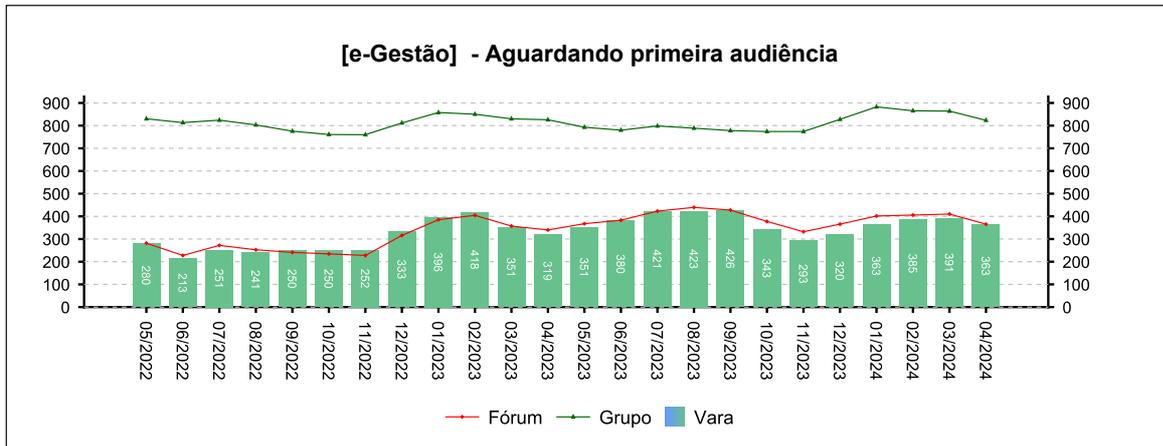
(fonte: e-Gestão e IGEST)

[Voltar](#)

4.1 - Fase de Conhecimento

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Aguardando primeira audiência	363	823	366
Aguardando encerramento da instrução	690	651	624
Aguardando prolação de sentença	173	95	128
Aguardando cumprimento de acordo	27	45	24
Solucionados pendentes de finalização na fase	930	1.417	1.009
Pendentes de finalização	2.183	3.031	2.150

Período: 06/2023 a 04/2024

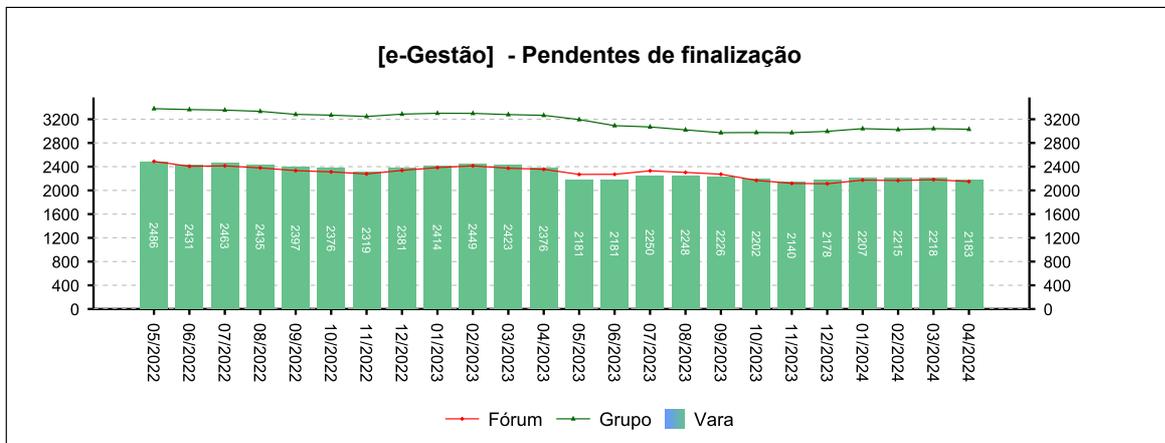
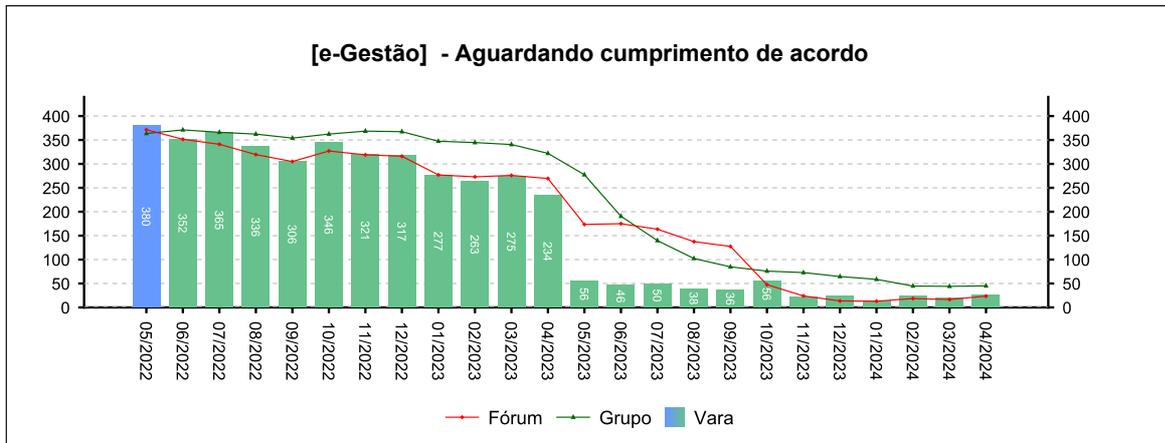
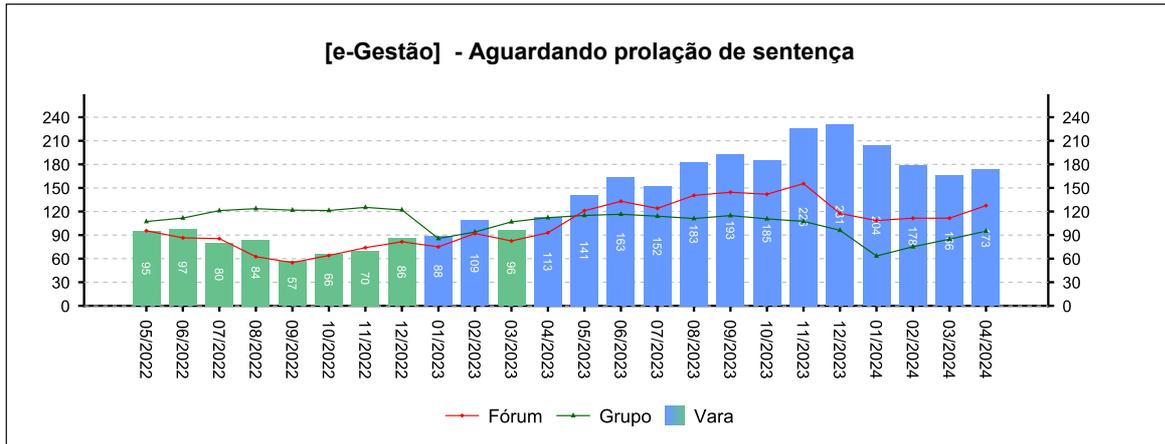




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento

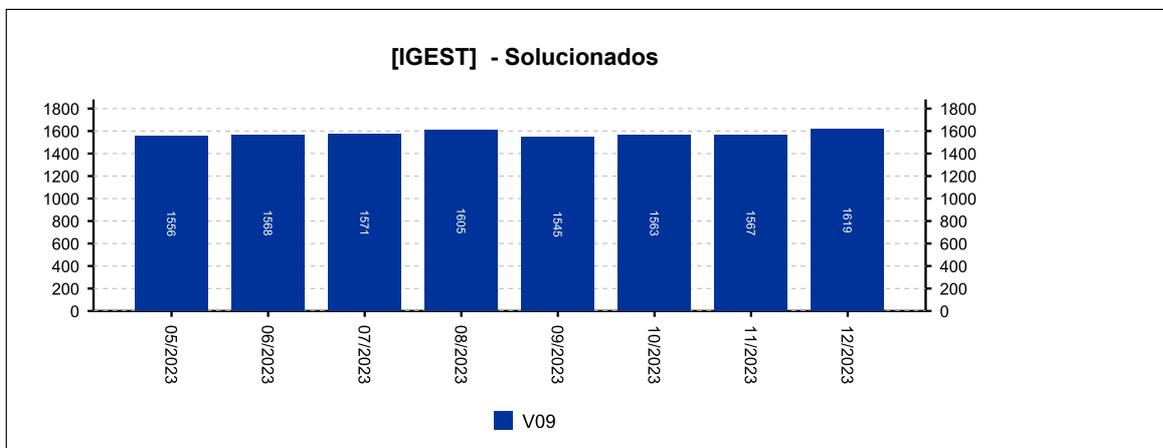
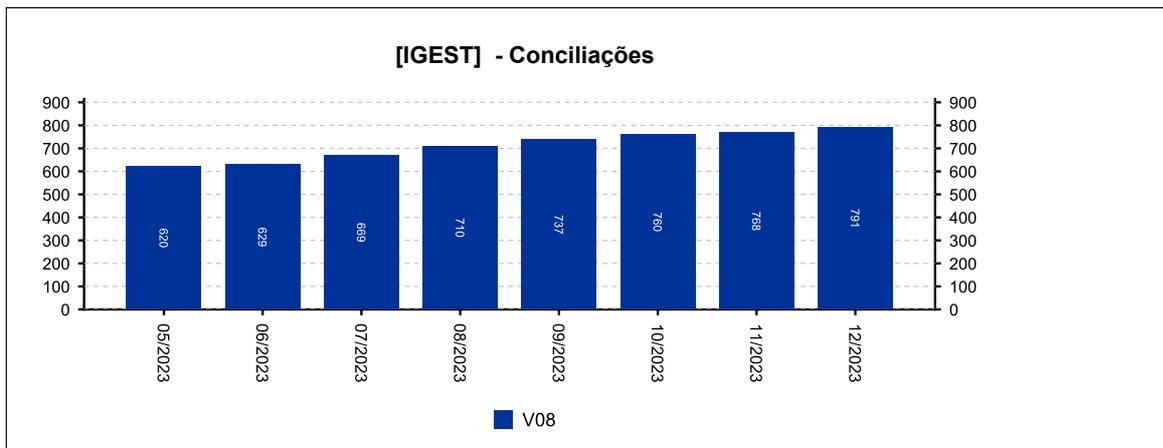
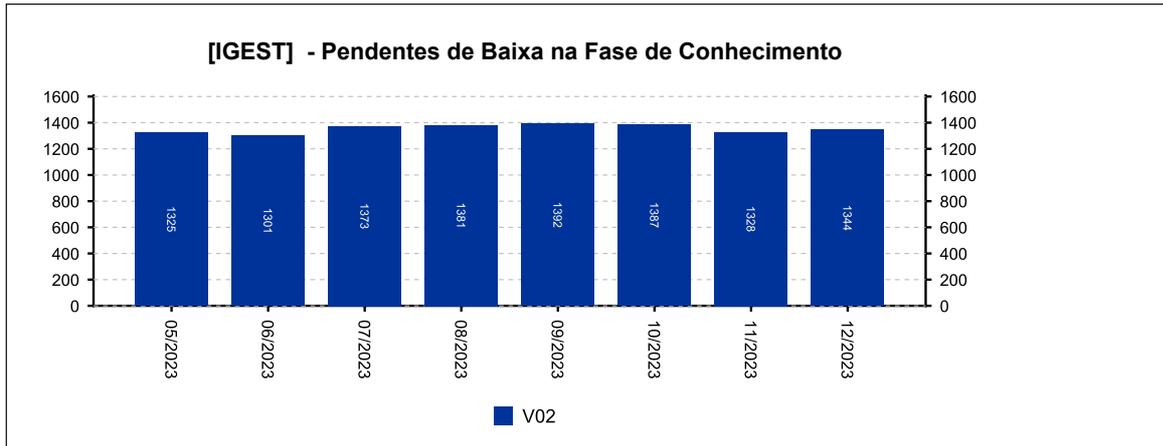




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento

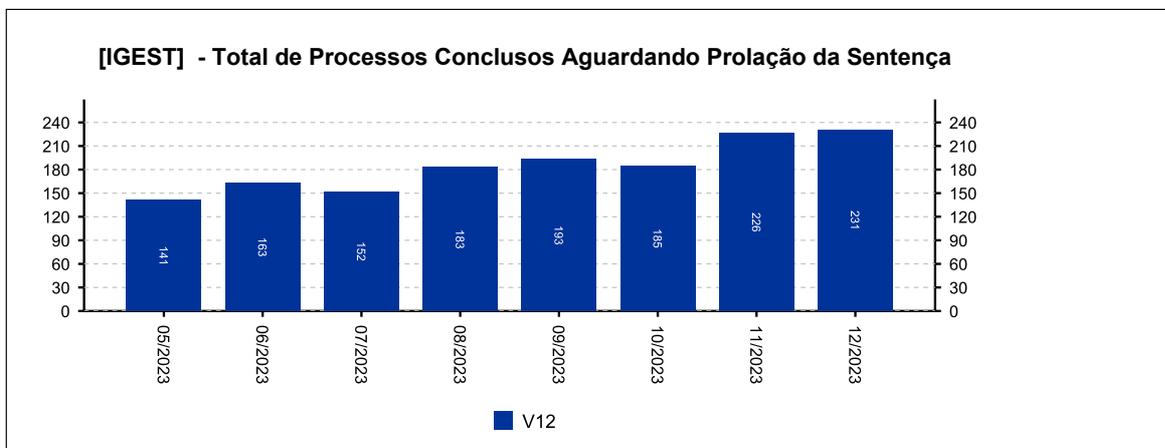
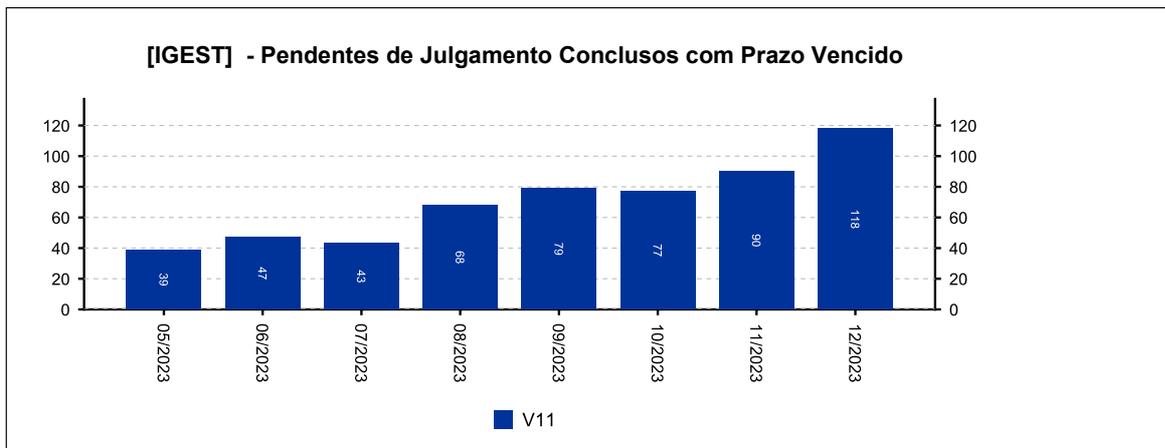
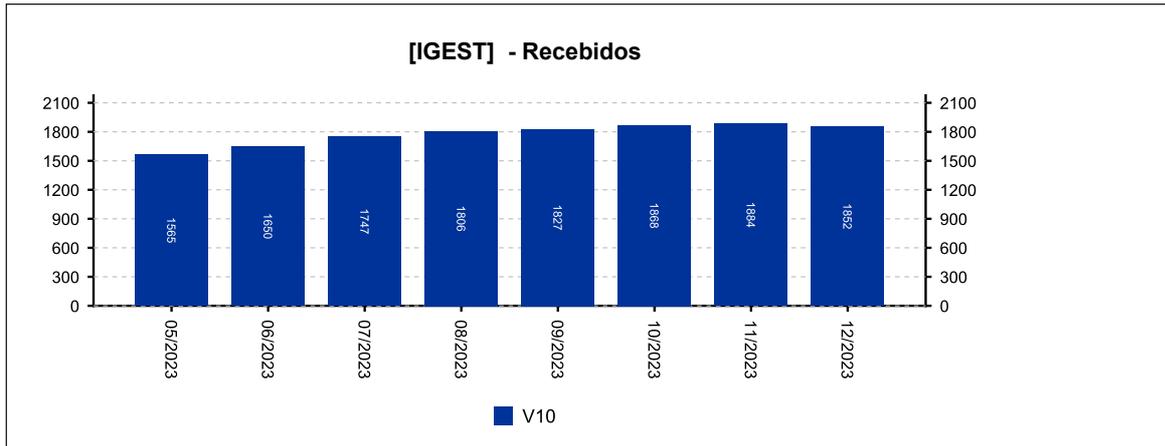




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento

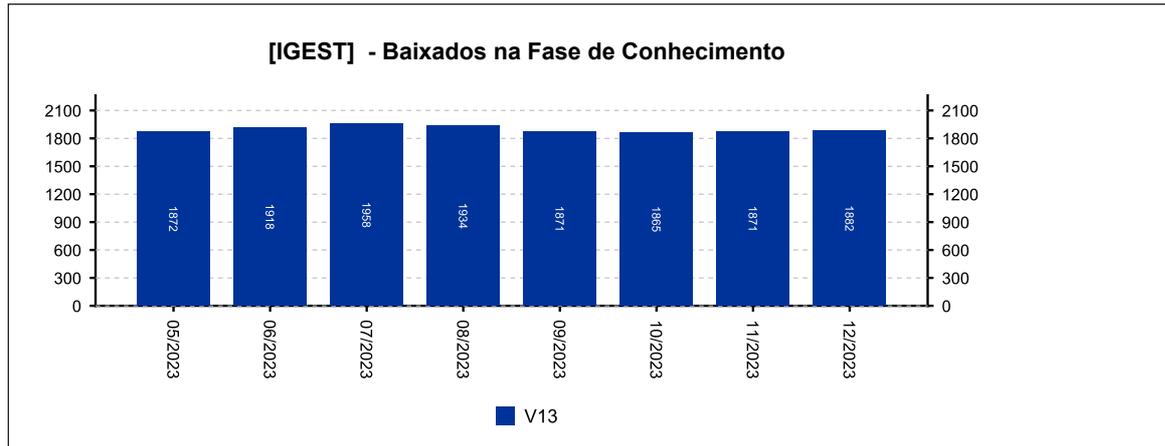




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.1 - Fase de Conhecimento





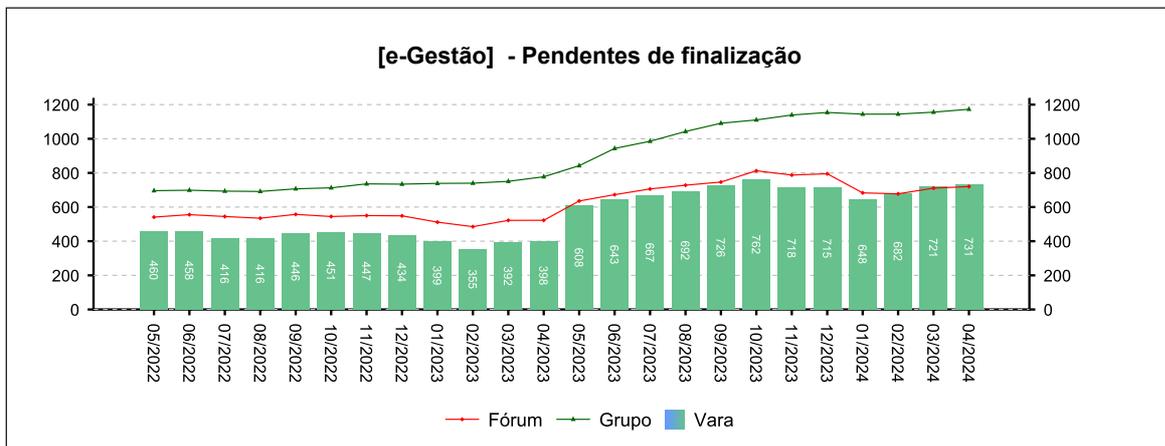
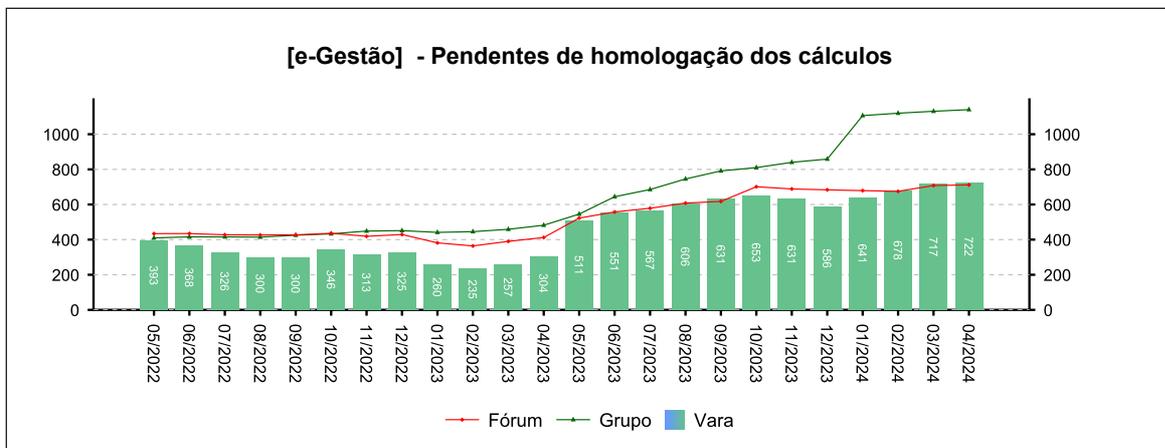
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.2 - Fase de Liquidação

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendentes de homologação dos cálculos	722	1.140	712
Liquidados pendentes de finalização na fase	9	33	8
Pendentes de finalização	731	1.173	720

Período: 06/2023 a 04/2024

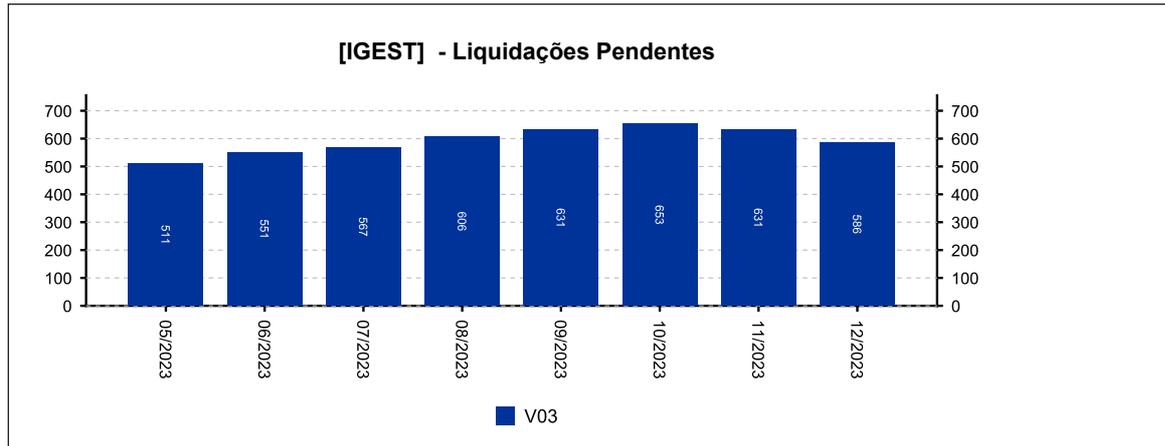




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.2 - Fase de Liquidação





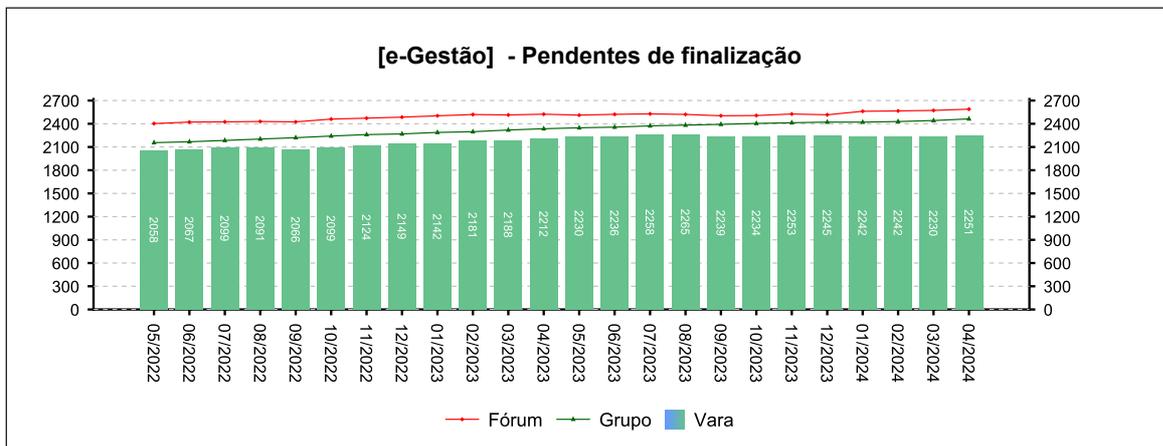
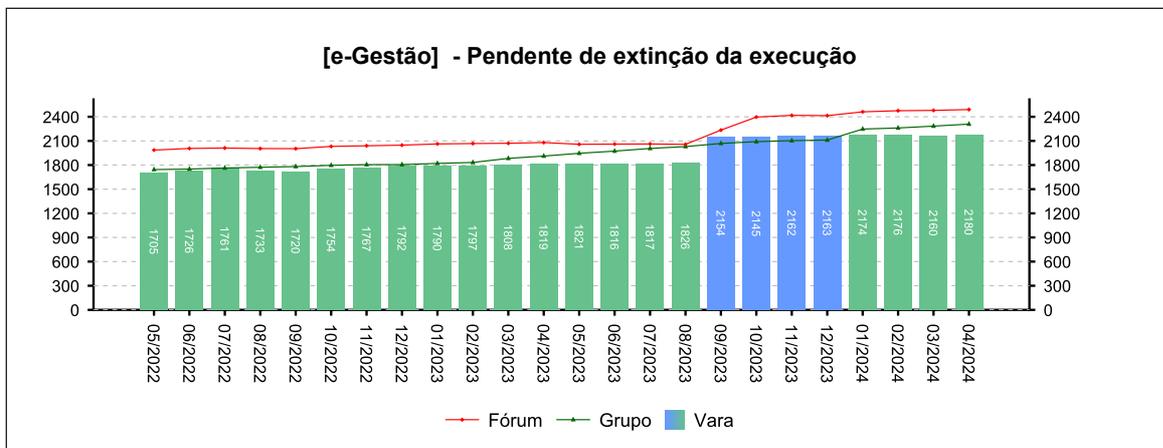
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendente de extinção da execução	2.180	2.309	2.490
Encerrados pendentes de finalização na fase	71	155	100
Pendentes de finalização	2.251	2.463	2.589

Período: 06/2023 a 04/2024

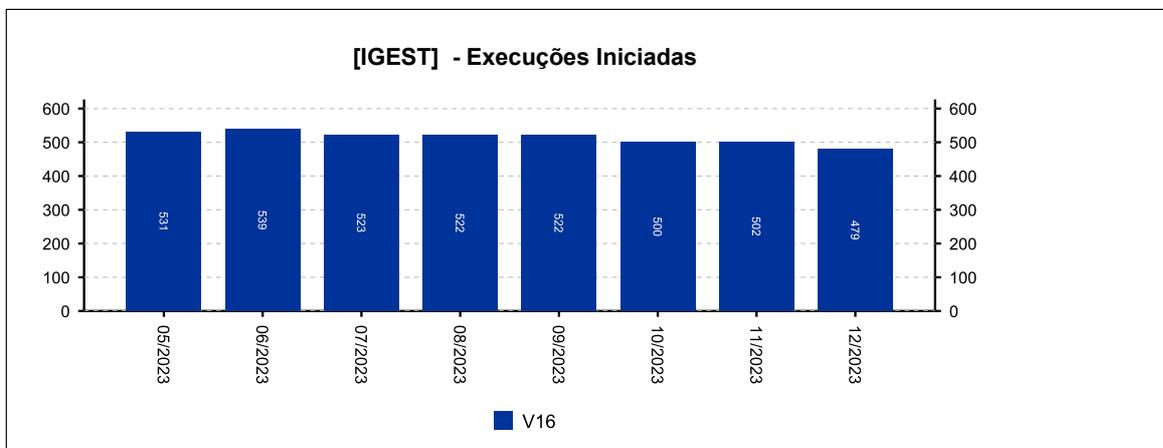
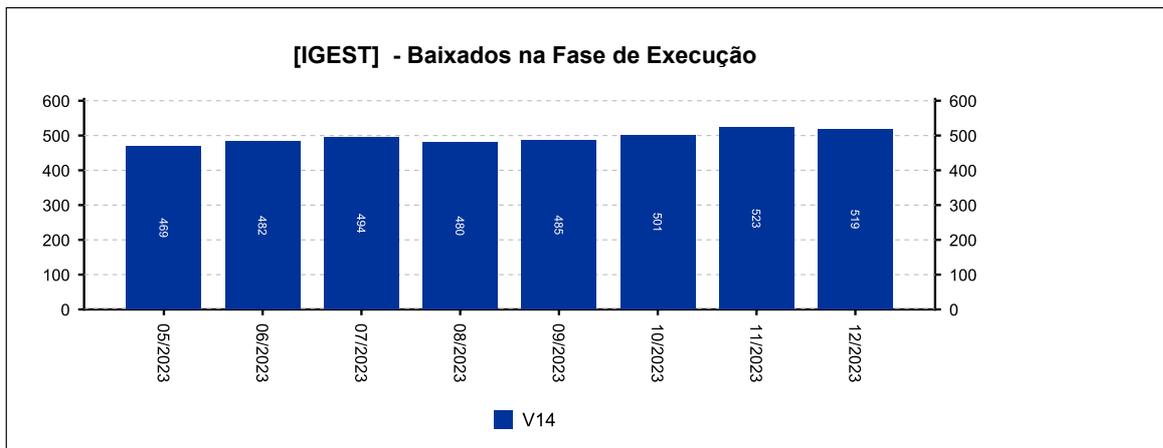
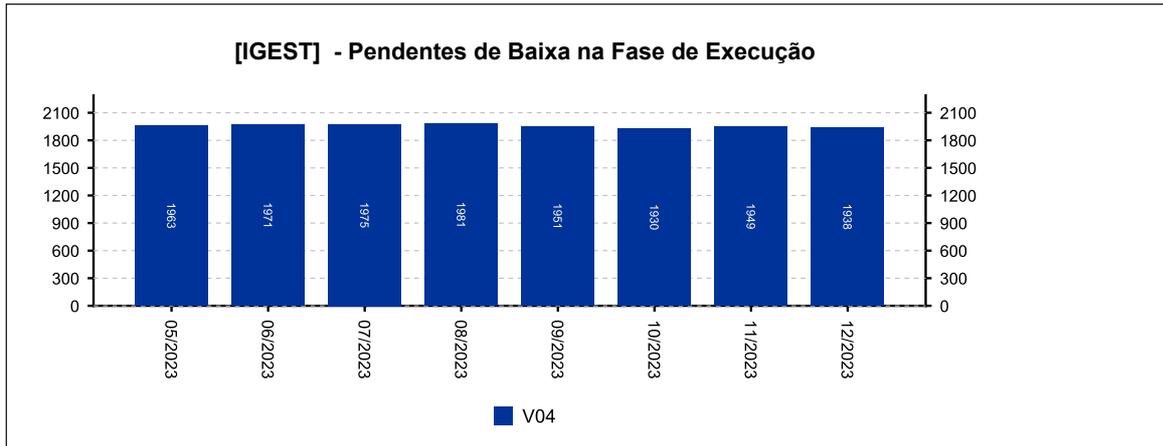




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução

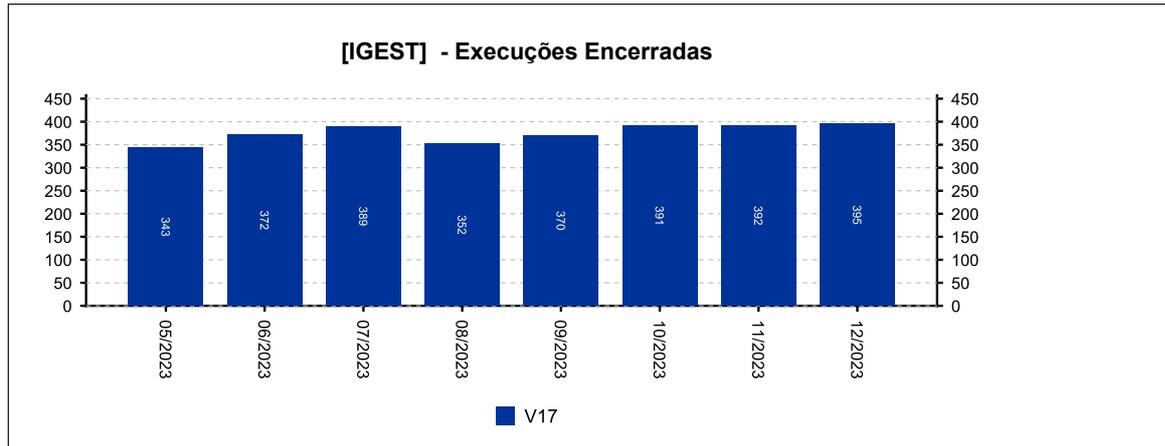




4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.3 - Fase de Execução





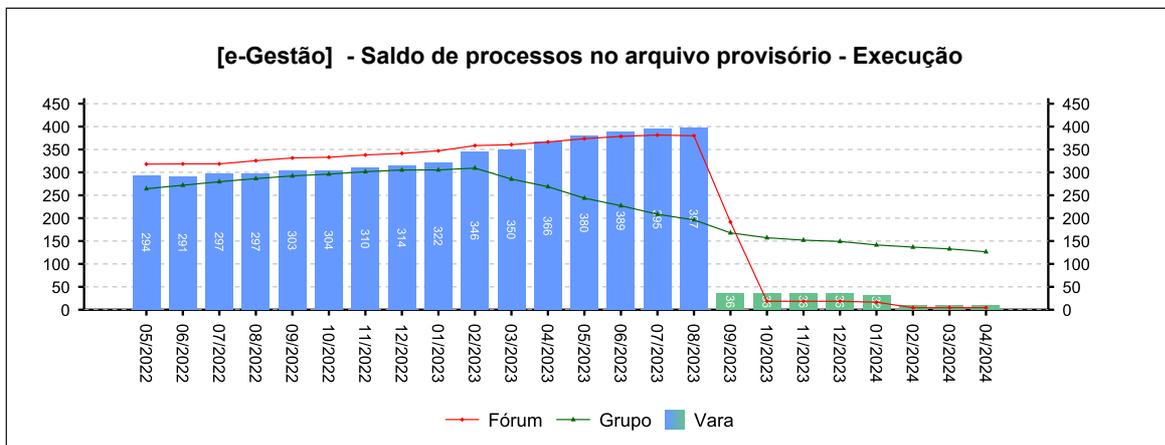
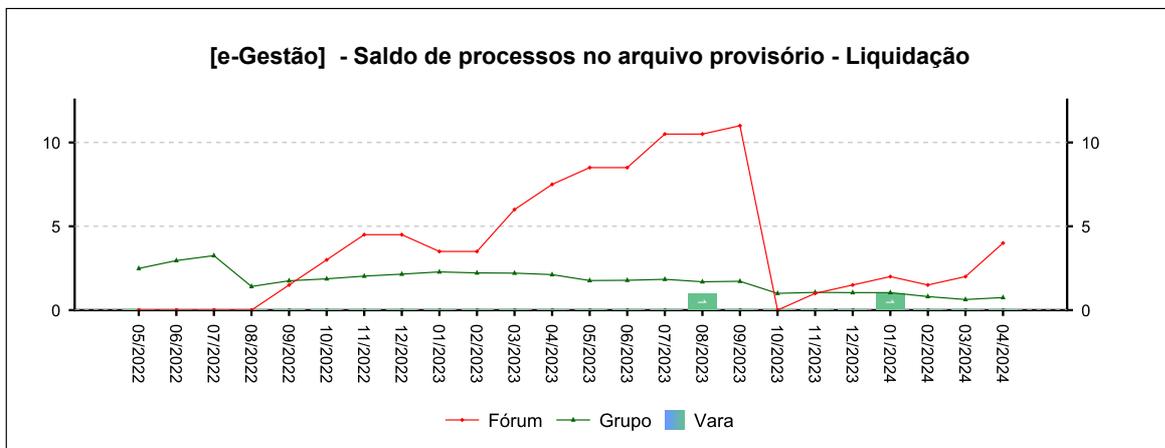
4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.4 - Arquivo Provisório

SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Saldo de processos no arquivo provisório - Liquidação	0	1	4
Saldo de processos no arquivo provisório - Execução	9	127	4

Período: 06/2023 a 04/2024





4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

4.5 - Total de Pendências

	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
Pendentes de finalização - Conhecimento	2.183	3.031	2.150
Pendentes de finalização - Liquidação	731	1.173	720
Pendentes de finalização - Execução	2.251	2.463	2.589
Saldo de processos no arquivo provisório - Liquidação	0	1	4
Saldo de processos no arquivo provisório - Execução	9	127	4
TOTAL:	5.174	6.795	5.467

Período: 06/2023 a 04/2024





5 - PRAZOS MÉDIOS

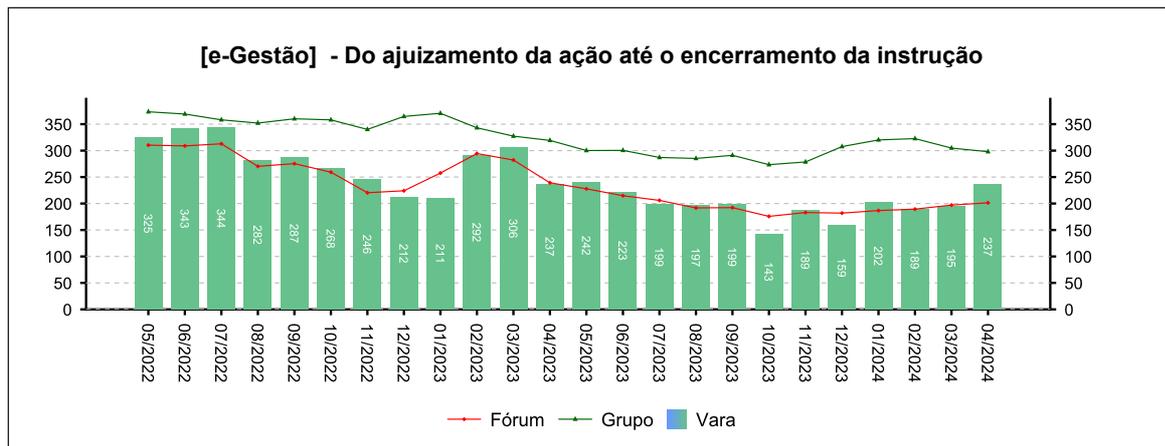
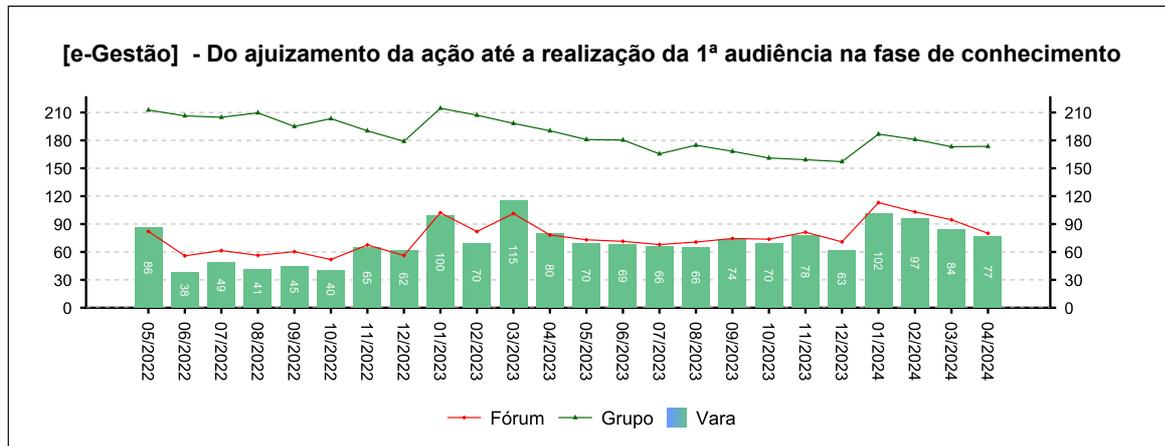
(fonte: e-Gestão e IGEST)

[Voltar](#)

5.1 - Fase de Conhecimento

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência na fase de conhecimento	1.570	75	171	81
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução	1.676	196	296	194
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença	1.584	230	312	220
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento	894	65	28	43

Período: 06/2023 a 04/2024

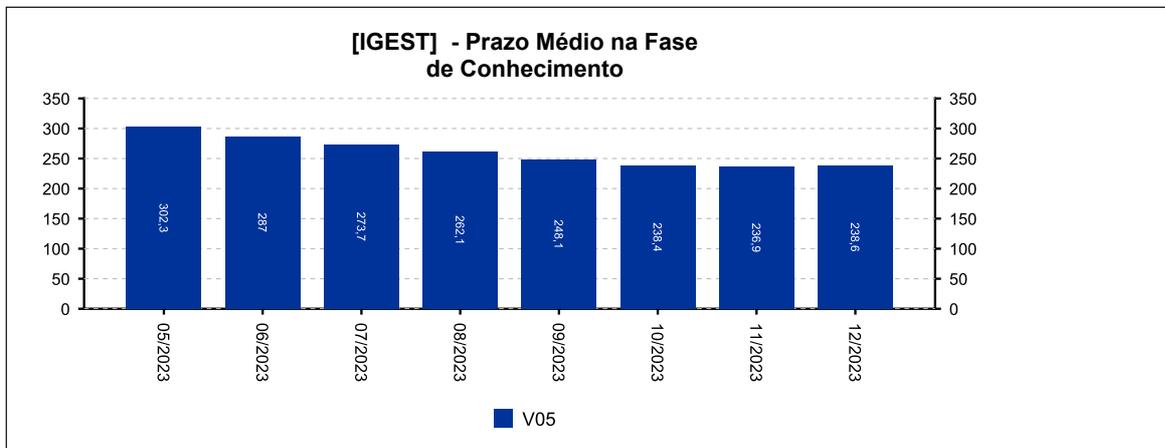
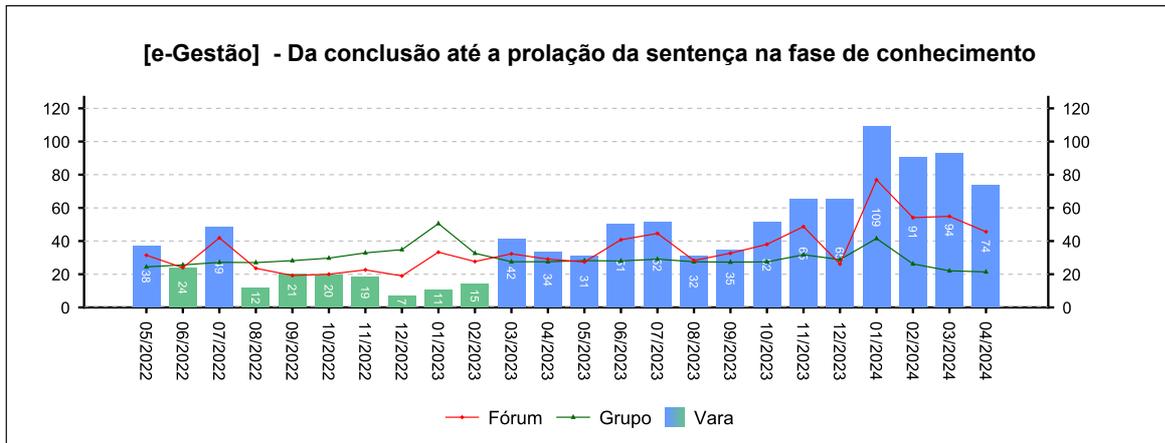
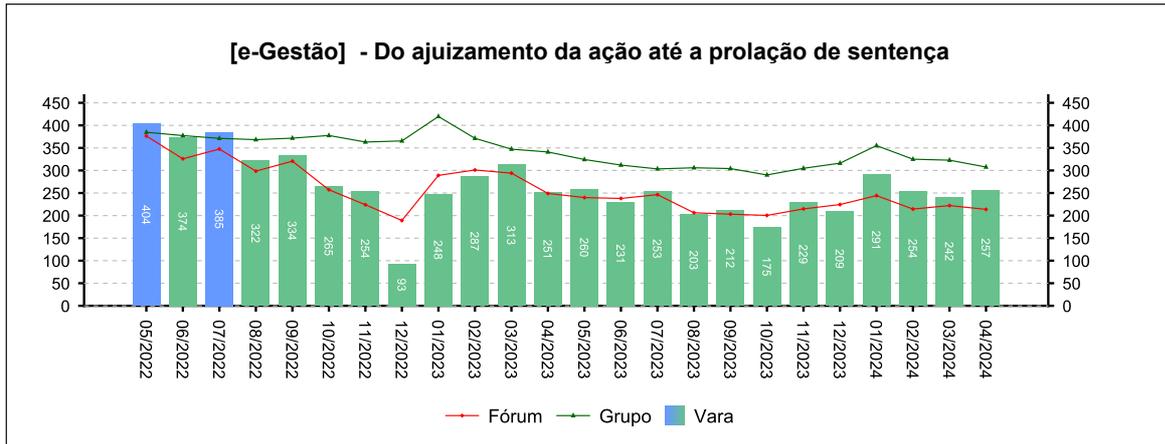




5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.1 - Fase de Conhecimento





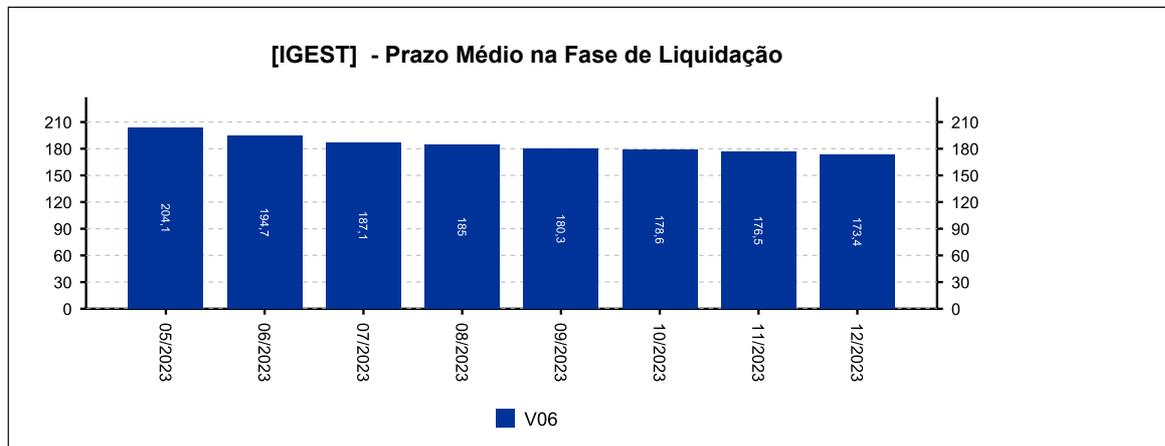
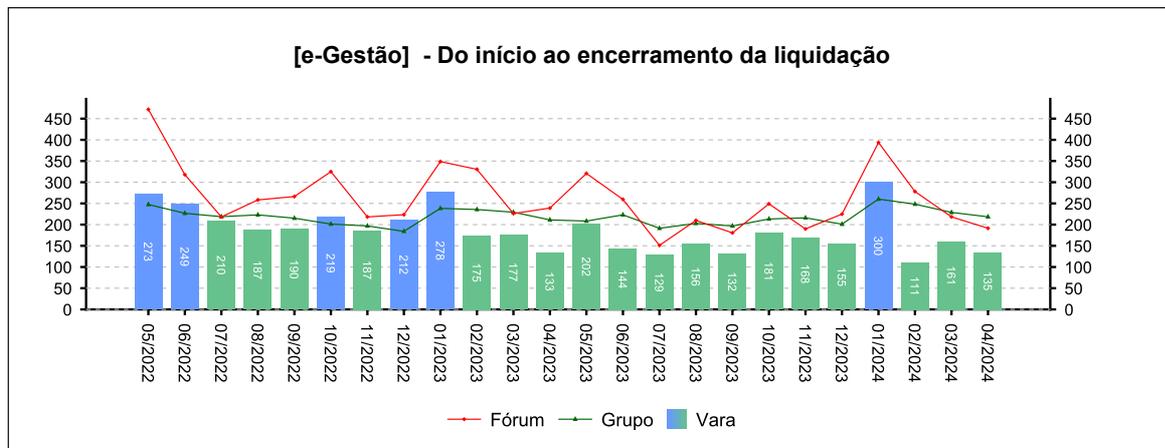
5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.2 - Fase de Liquidação

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação	589	159	219	236

Período: 06/2023 a 04/2024





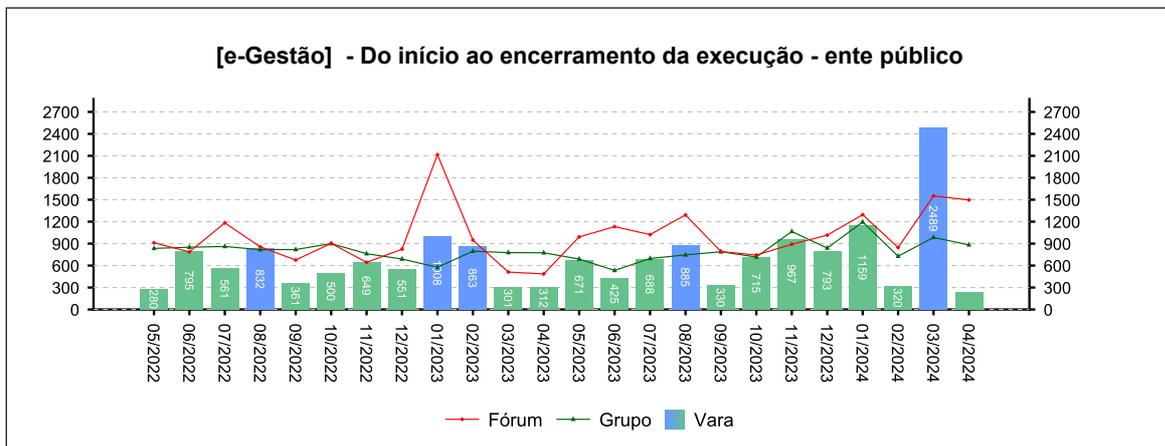
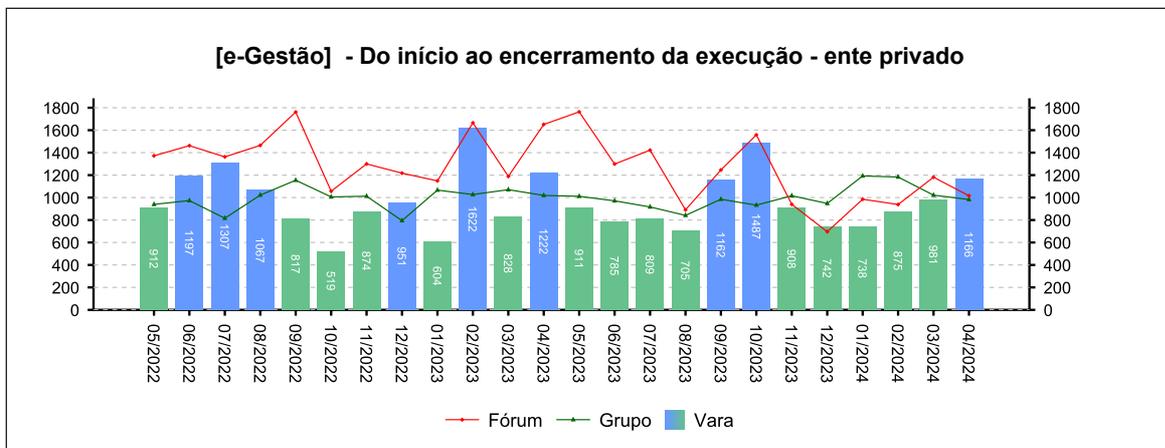
5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.3 - Fase de Execução

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	357	982	1.001	1.127
Do início ao encerramento da execução - ente público	78	748	840	1.043
Total / Média	435	940	974	1.109

Período: 06/2023 a 04/2024

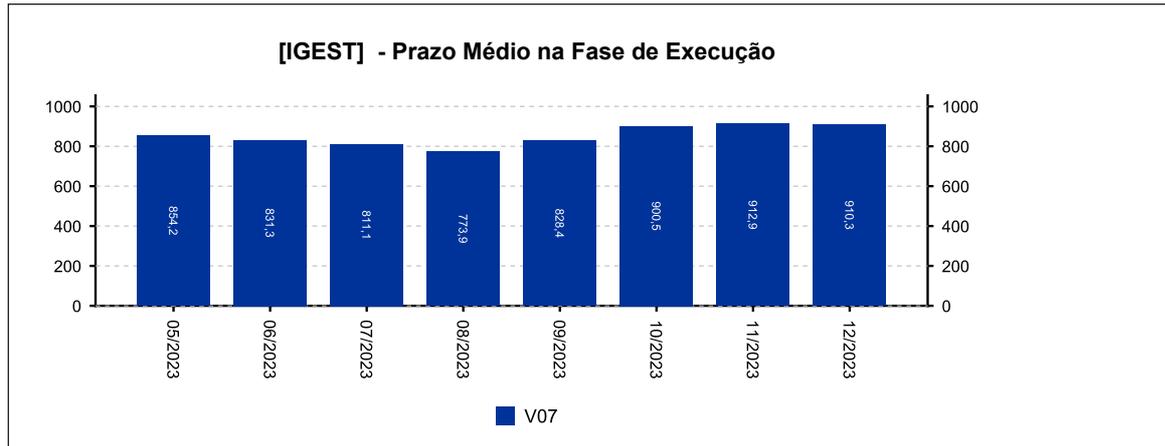




5 - PRAZOS MÉDIOS

(fonte: e-Gestão e IGEST)

5.3 - Fase de Execução





6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

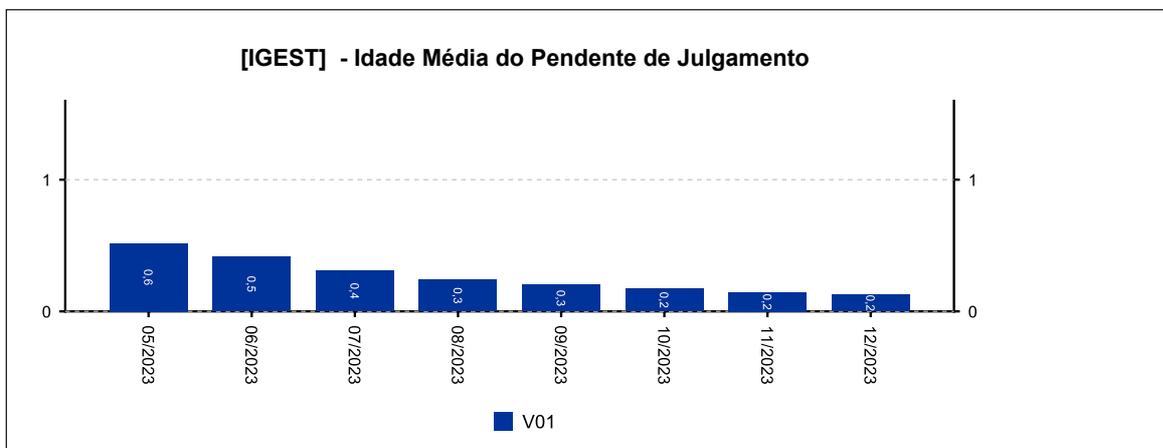
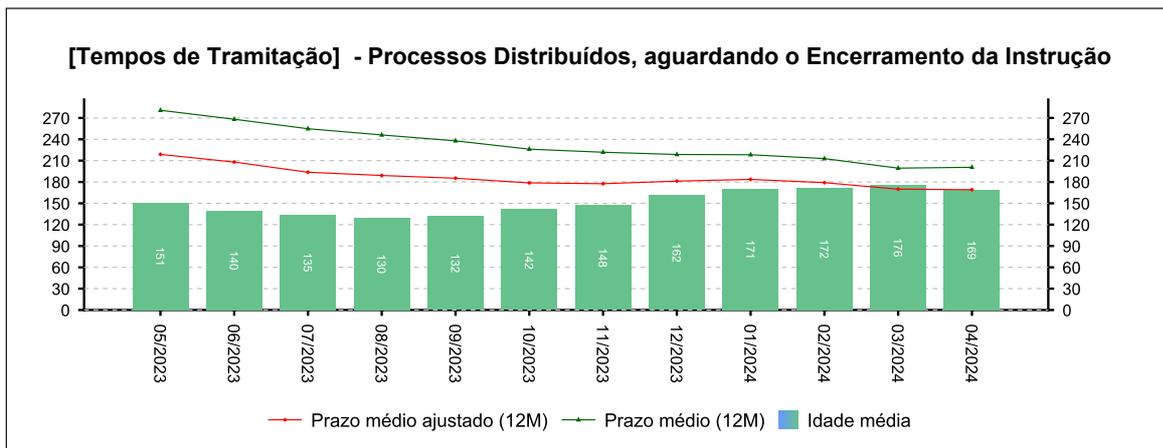
(fonte: e-Gestão e IGEST)

[Voltar](#)

6.1 - Processos Distribuídos, aguardando o Encerramento da Instrução

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0011426-64.2021.5.15.0055	12/03/2024	17/12/2021	865
0010165-30.2022.5.15.0055	12/04/2022	17/02/2022	803
0010225-03.2022.5.15.0055	30/05/2022	03/03/2022	789
0010396-57.2022.5.15.0055	26/05/2022	13/04/2022	748
0010436-39.2022.5.15.0055	11/10/2023	26/04/2022	735

Período: até 04/2024





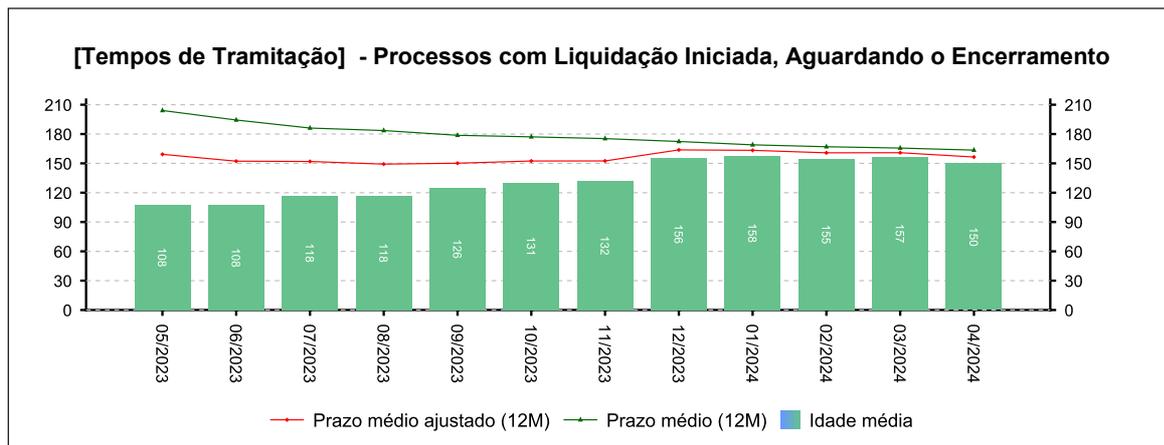
6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.2 - Processos com Liquidação Iniciada, Aguardando o Encerramento

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0012161-44.2014.5.15.0055	18/05/2017	28/11/2014	2.539
0010005-05.2022.5.15.0055	02/03/2022	05/01/2022	790
0011092-35.2018.5.15.0055	14/03/2022	02/08/2018	778
0010233-77.2022.5.15.0055	06/04/2022	04/03/2022	755
0011990-82.2017.5.15.0055	23/05/2022	09/11/2017	708

Período: até 04/2024





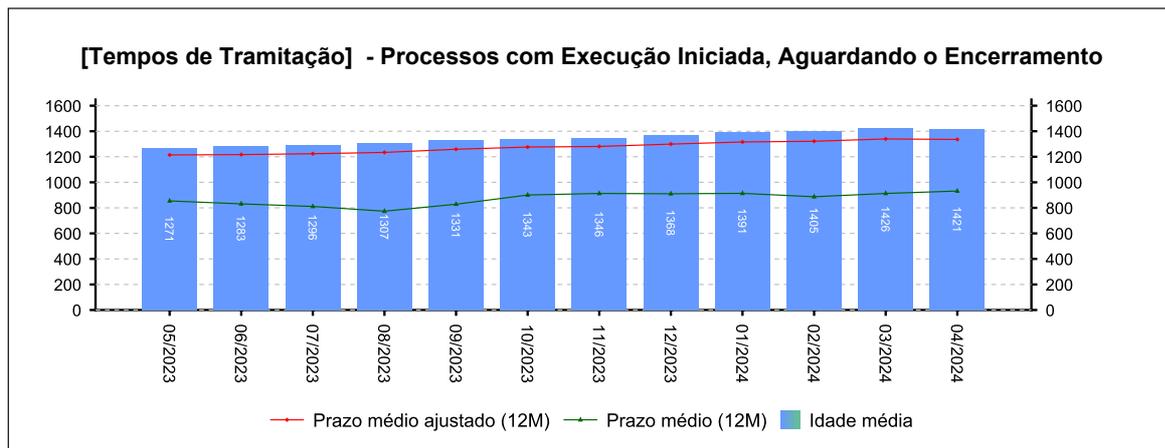
6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.3 - Processos com Execução Iniciada, Aguardando o Encerramento

PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE
0169600-85.1995.5.15.0055	09/01/1996	04/09/1995	10.339
0137000-40.1997.5.15.0055	07/01/1998	24/07/1997	9.610
0088700-47.1997.5.15.0055	27/02/1998	25/04/1997	9.559
0019600-68.1998.5.15.0055	14/07/1998	03/02/1998	9.422
0065700-81.1998.5.15.0055	29/03/1999	03/04/1998	9.164

Período: até 04/2024





6 - MAIORES TEMPOS DE TRAMITAÇÃO

(fonte: e-Gestão e IGEST)

6.4 - Resumo

	MAIOR IDADE (DIAS)	MÉDIA (DIAS)	PRAZO MÉDIO (DIAS)	PRAZO MÉDIO ESTIMADO (DIAS)*
Da Distribuição até o Encerramento da Instrução	865	169	201	169
Do Início ao Encerramento da Liquidação	2539	150	164	156
Do Início ao Encerramento da Execução	10339	1421	932	1336

Período: até 04/2024

*Valor estimado do respectivo prazo médio caso os processos deixassem a pendência, em dias.





[Voltar](#)

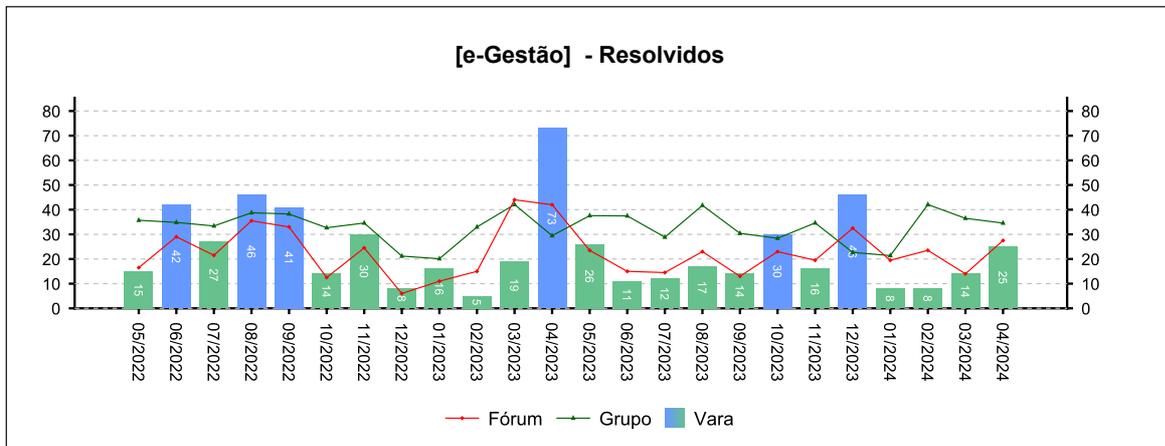
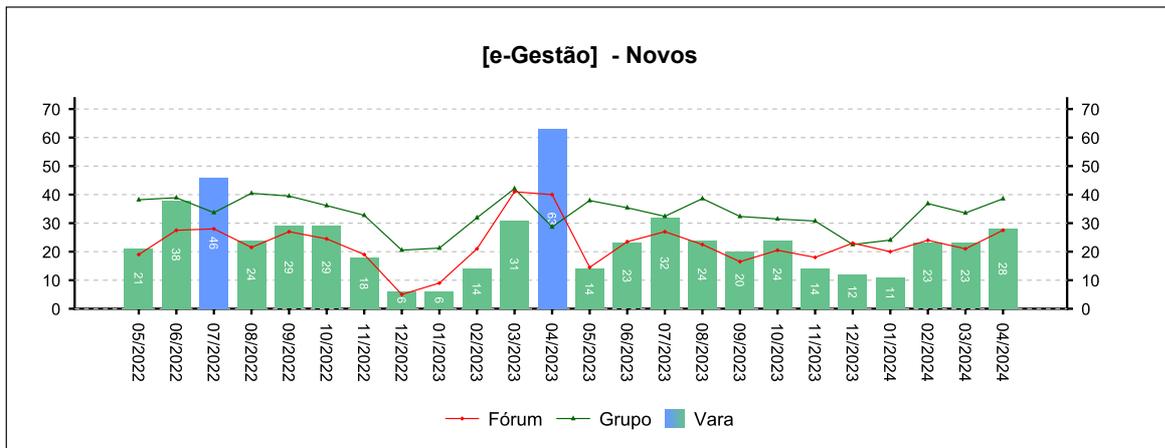
7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Embargos de declaração

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
234	201	46

Período: 06/2023 a 04/2024

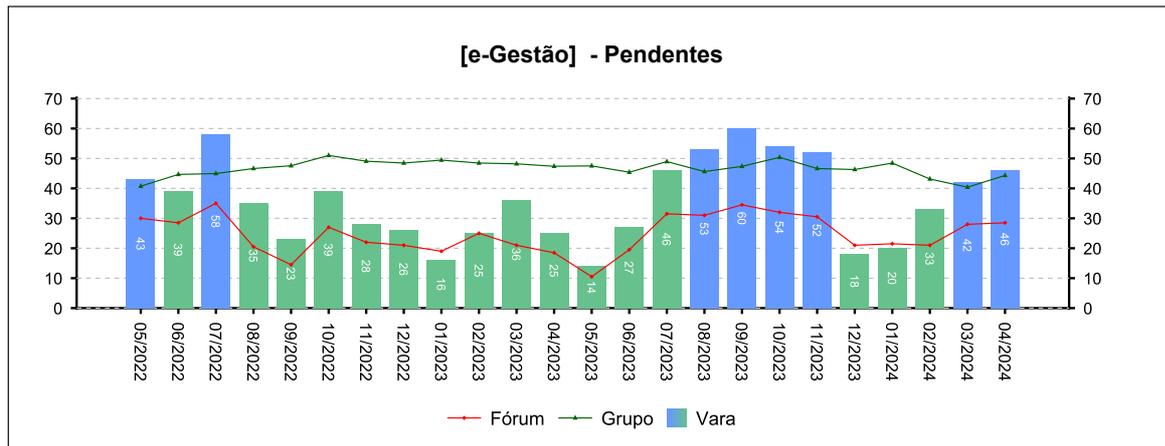




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Embargos de declaração



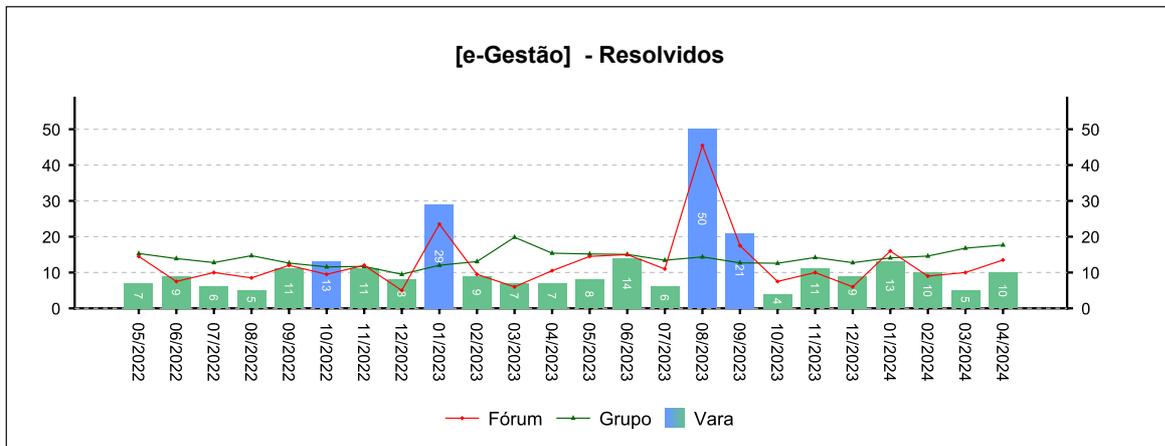
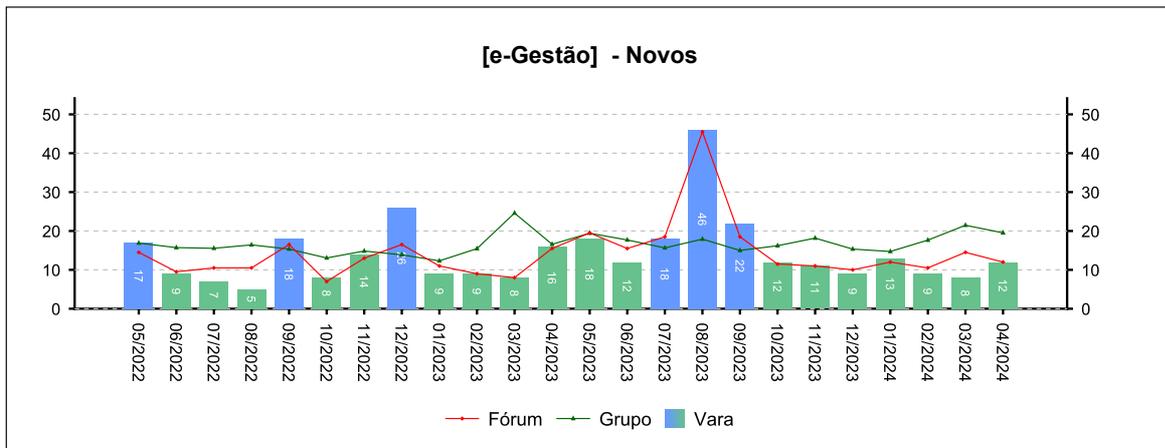


7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.2 - Tutelas Provisórias

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
172	153	2
Período: 06/2023 a 04/2024		

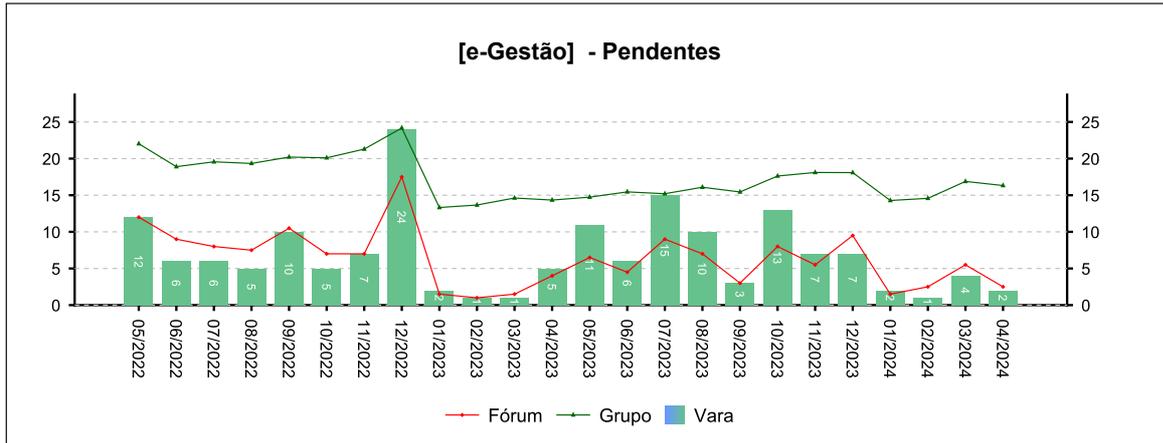




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.2 - Tutelas Provisórias



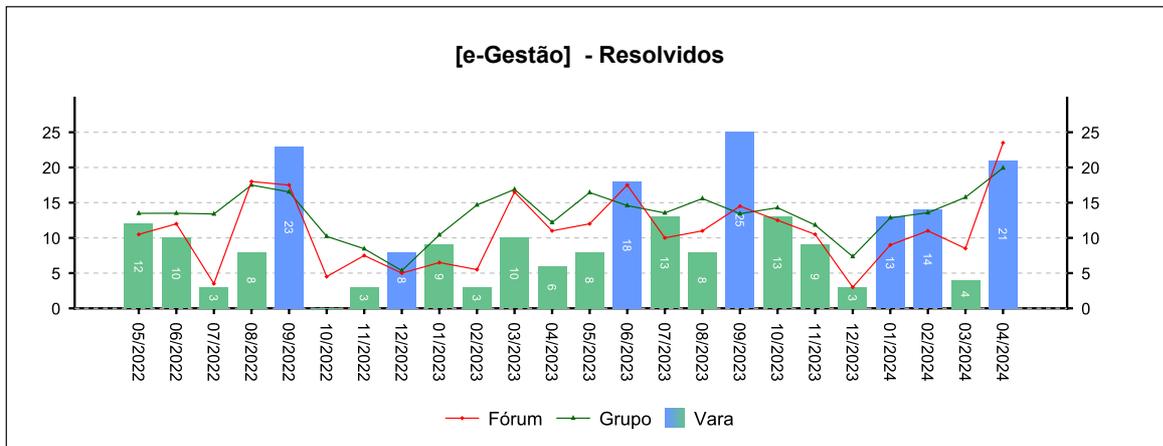
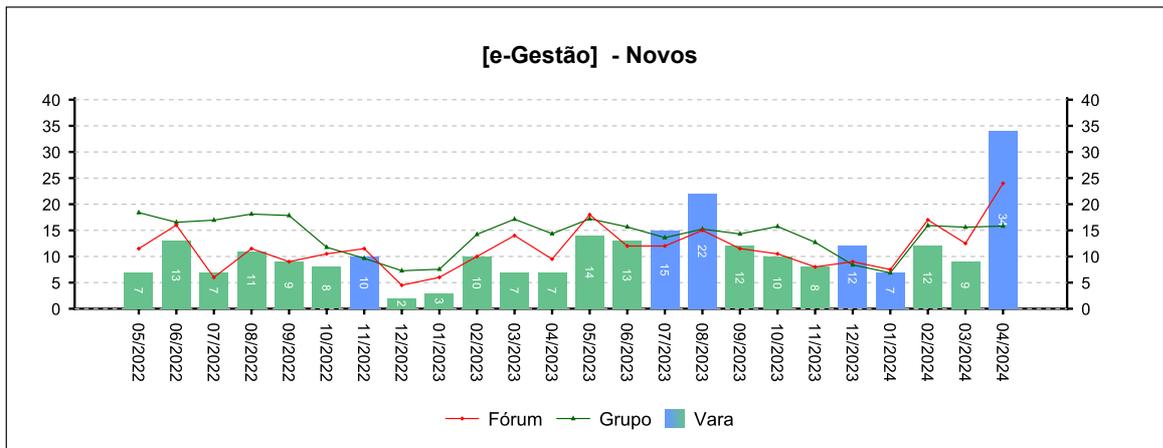


7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
154	141	31
Período: 06/2023 a 04/2024		

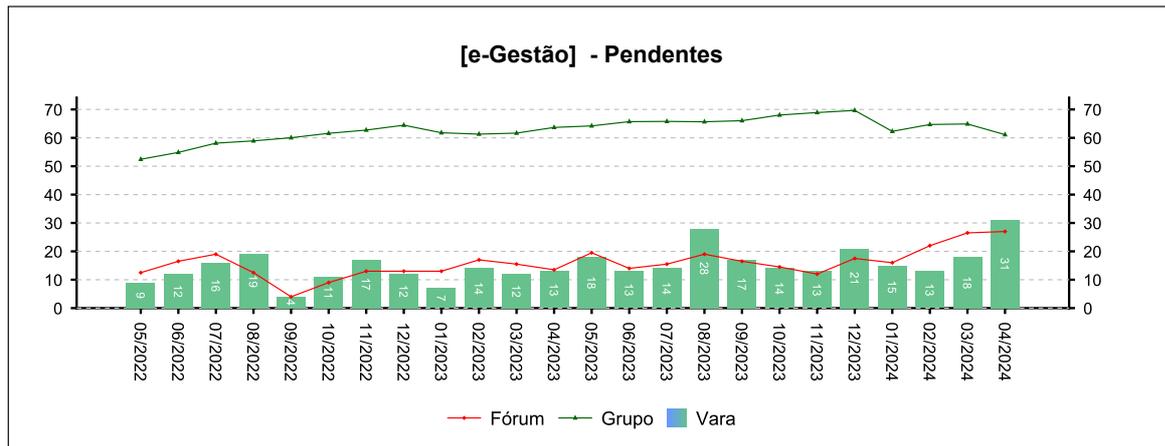




7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.3 - Incidentes na Liquidação/Execução





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



7 - INCIDENTES PROCESSUAIS

(fonte: e-Gestão)

7.4 - Total de Incidentes

NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
560	495	79

Período: 06/2023 a 04/2024





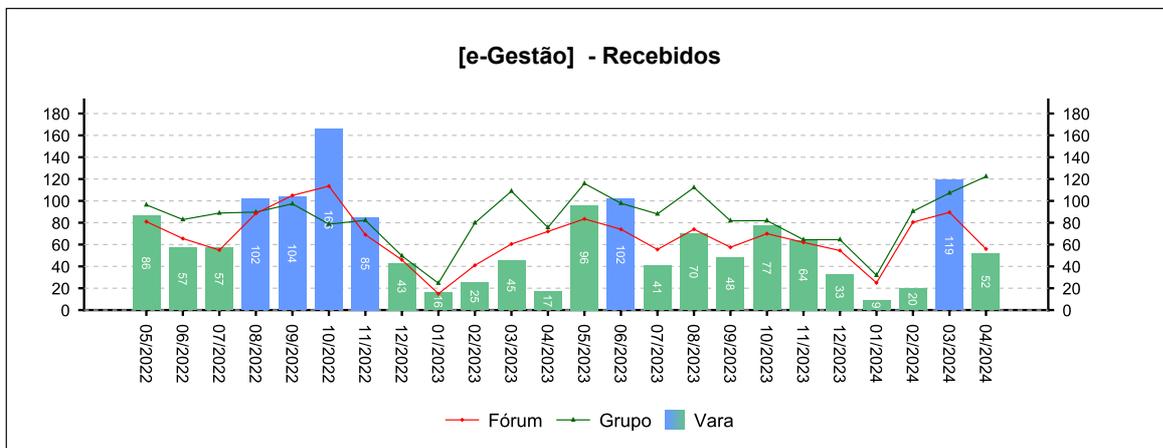
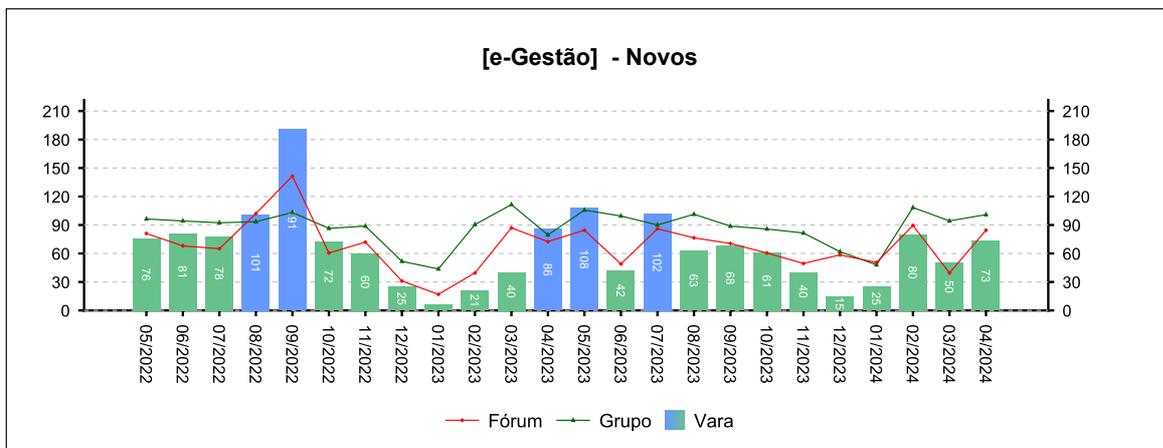
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

8.1 - Recurso Ordinário

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
619	635	74
<i>Período: 06/2023 a 04/2024</i>		

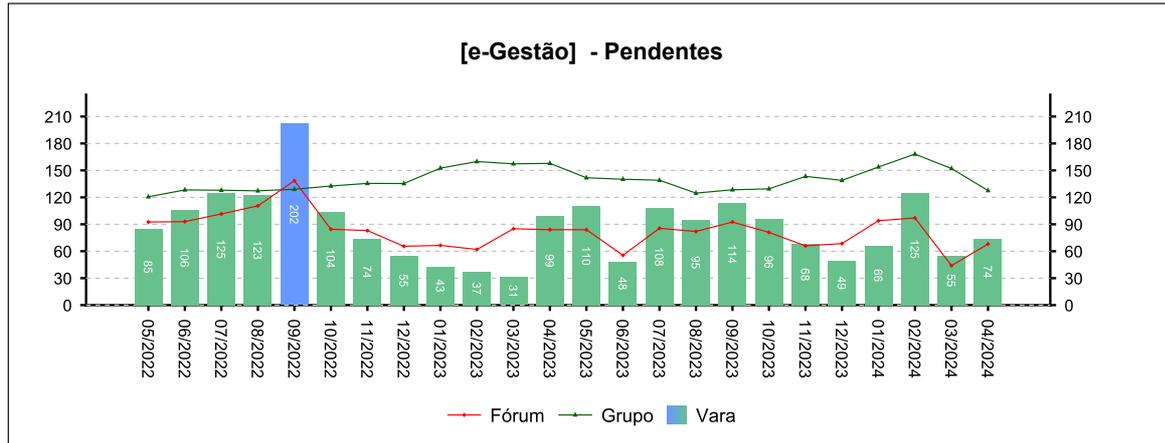




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.1 - Recurso Ordinário



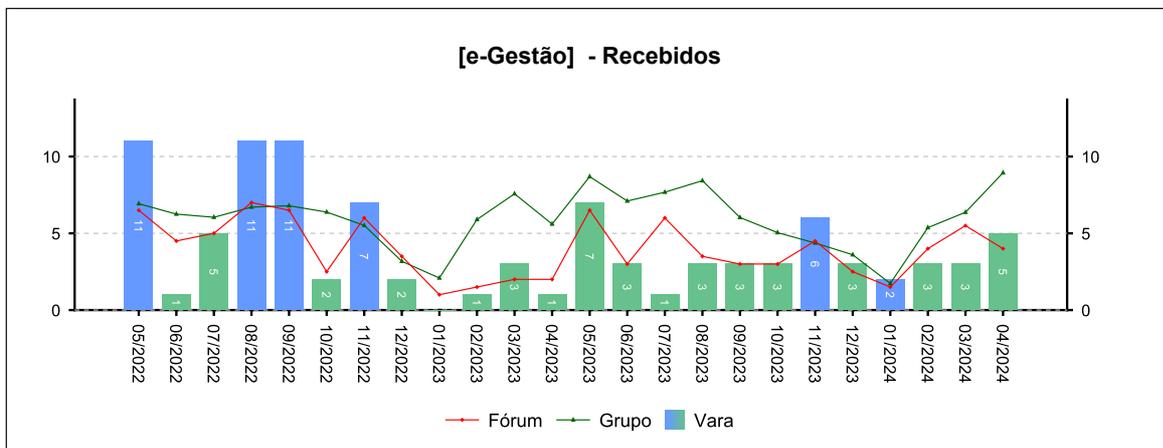
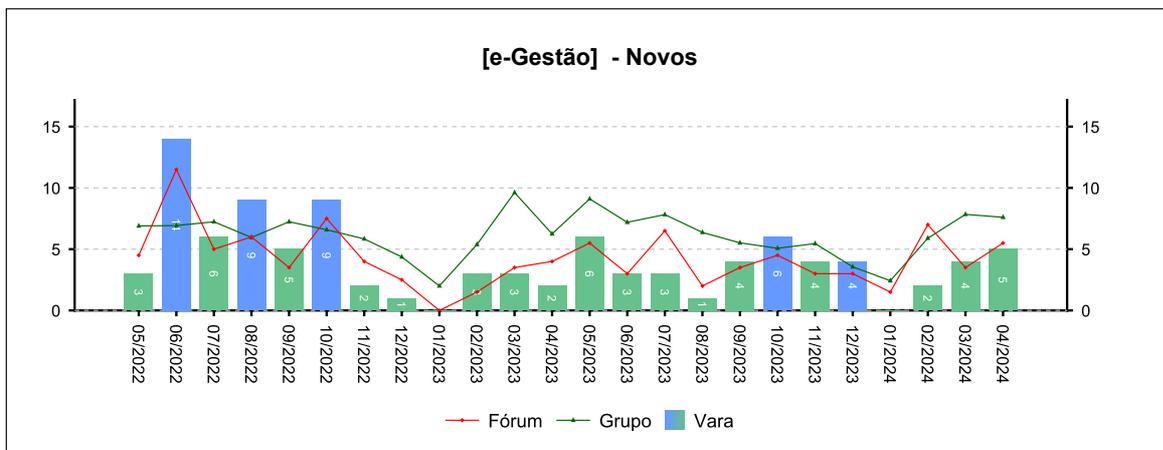


8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.2 - Recurso Adesivo

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
36	35	3
<i>Período: 06/2023 a 04/2024</i>		

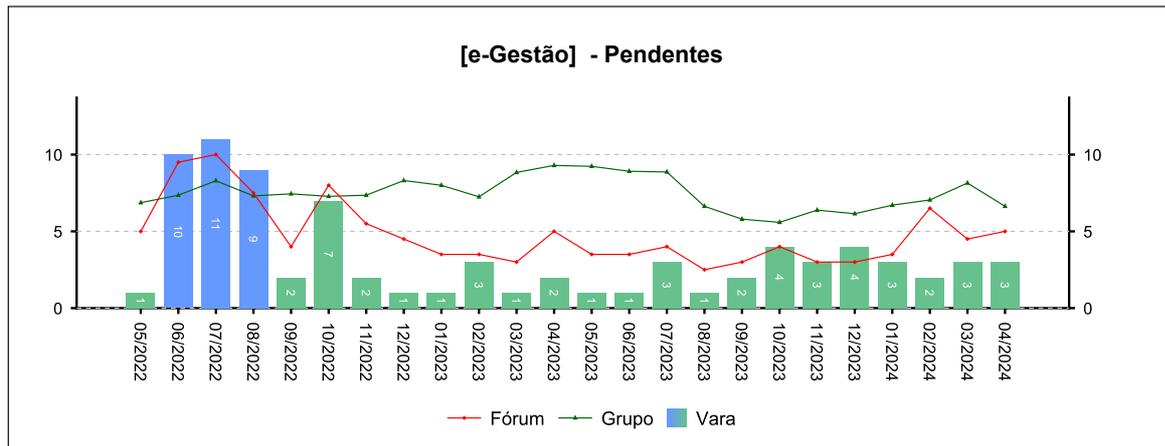




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.2 - Recurso Adesivo





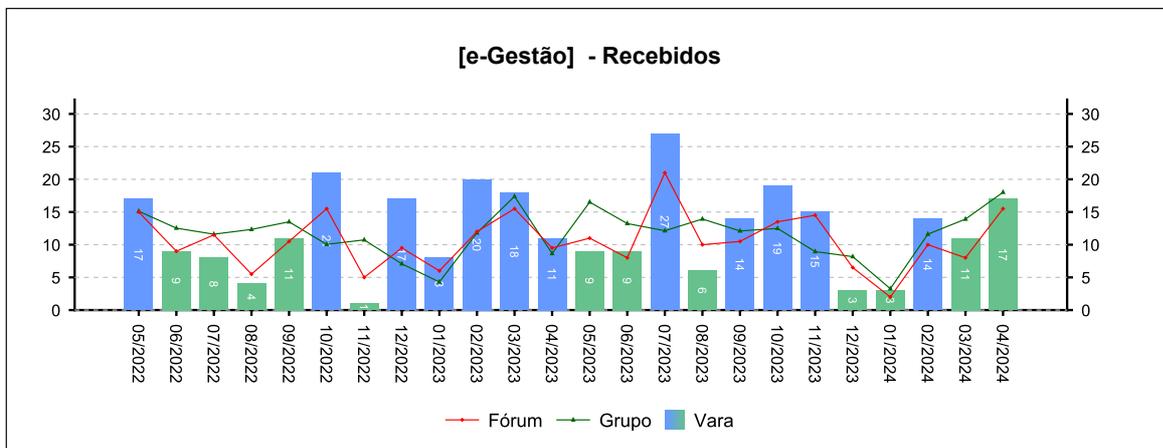
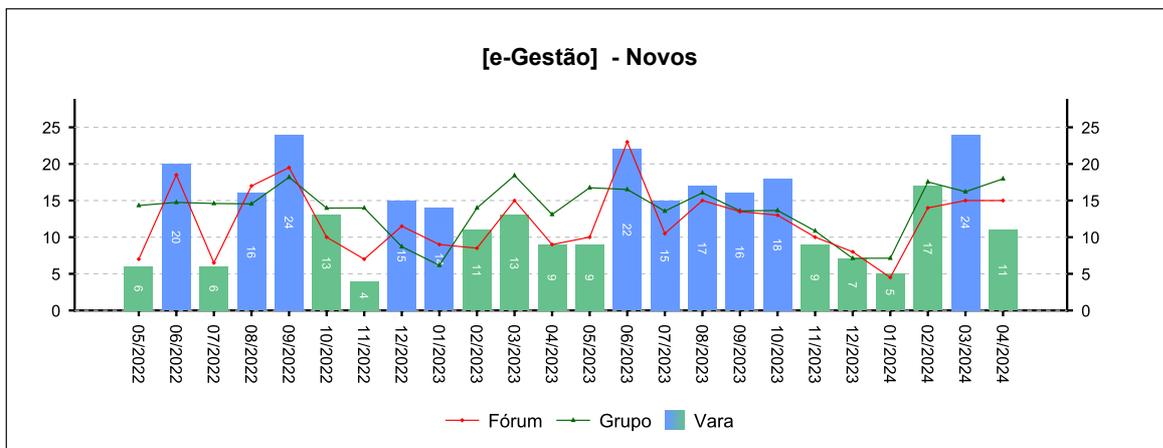
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.3 - Agravo de petição

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
161	138	12

Período: 06/2023 a 04/2024

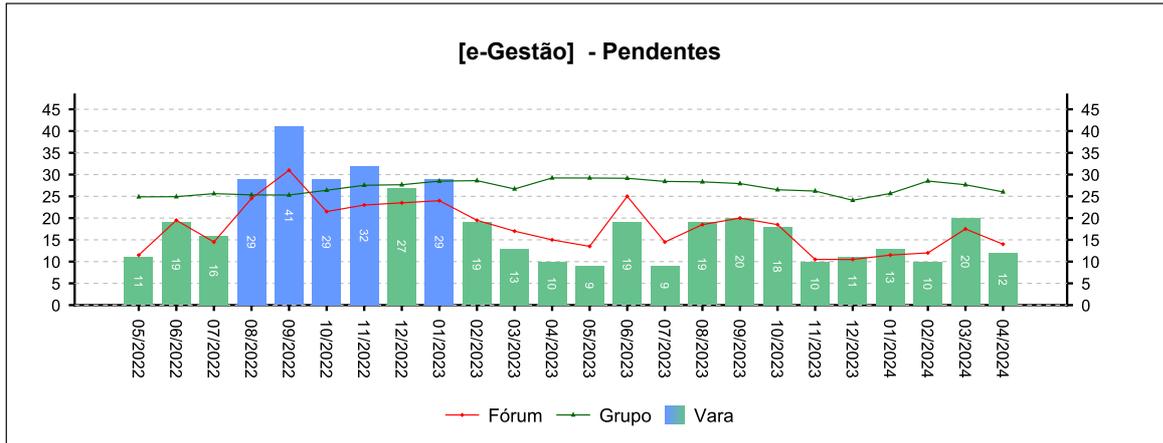




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.3 - Agravo de petição





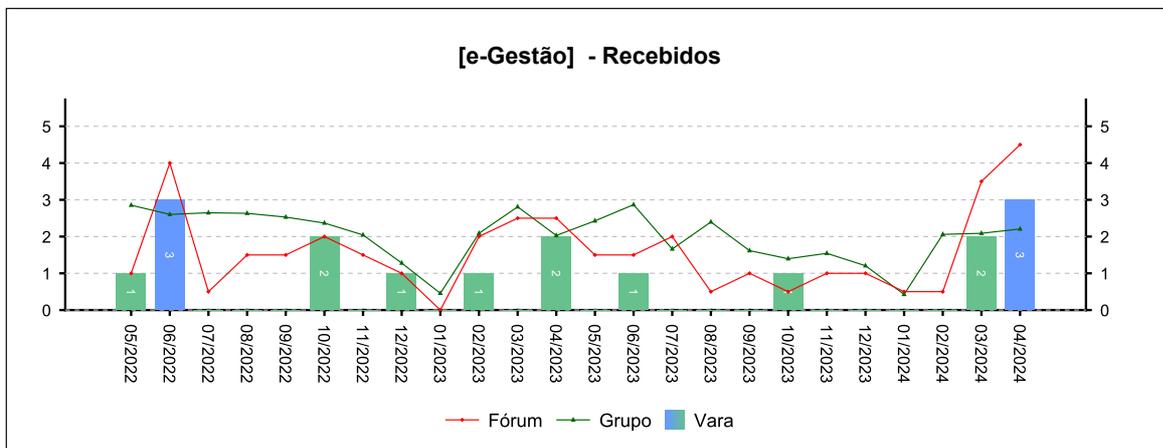
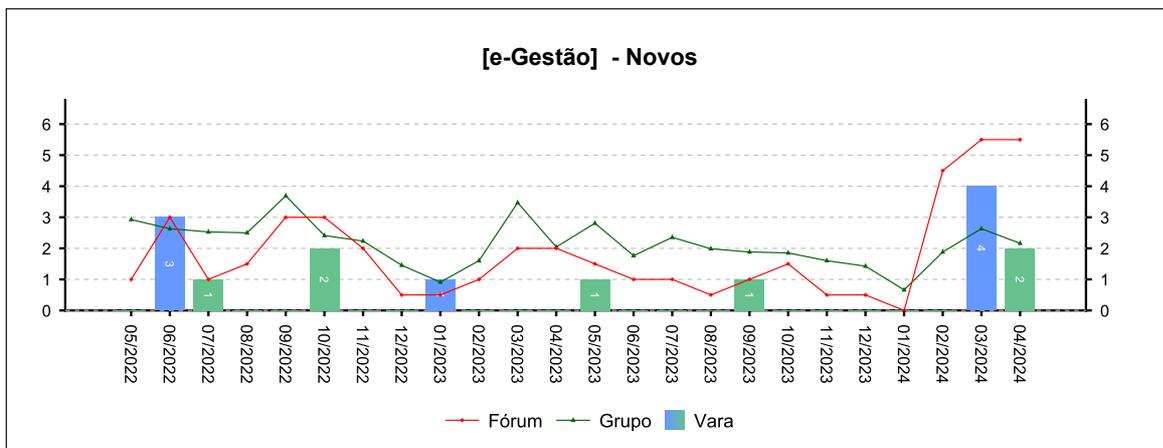
8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.4 - Agravo de Instrumento

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
7	7	1

Período: 06/2023 a 04/2024

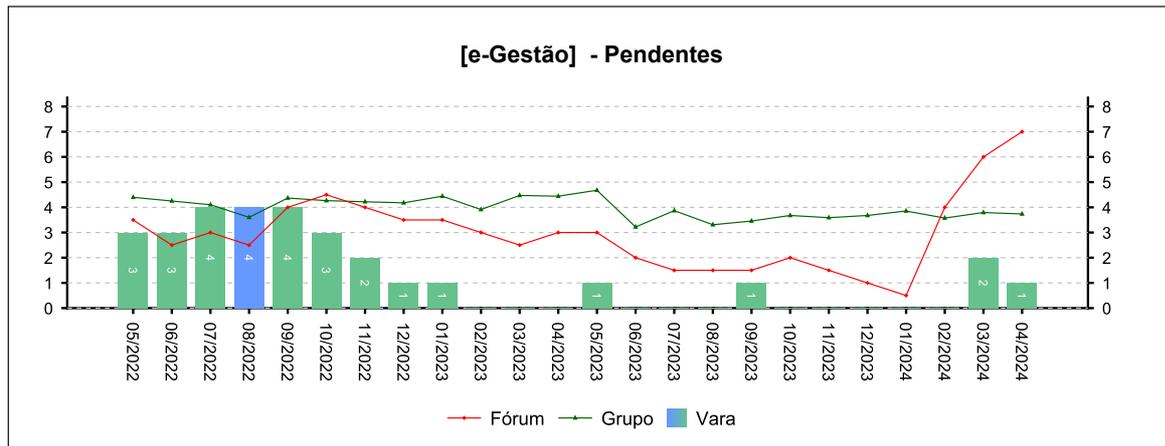




8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.4 - Agravo de Instrumento





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



8 - RECURSOS

(fonte: e-Gestão)

8.5 - Total de Recursos

NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
823	815	90
<i>Período: 06/2023 a 04/2024</i>		



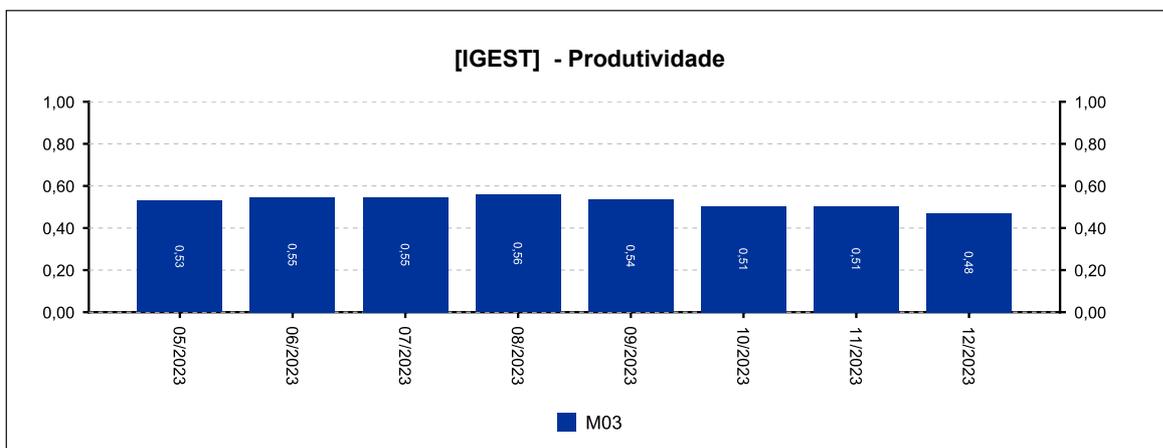
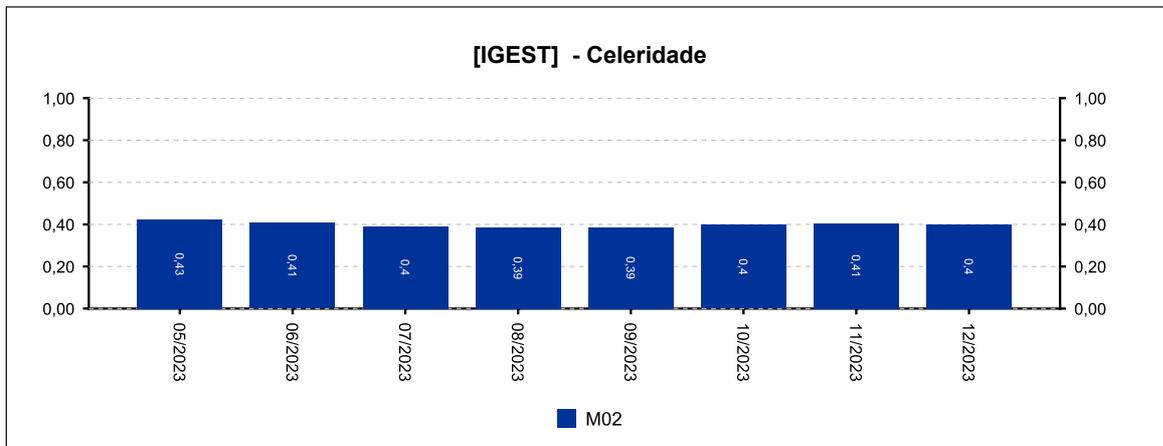
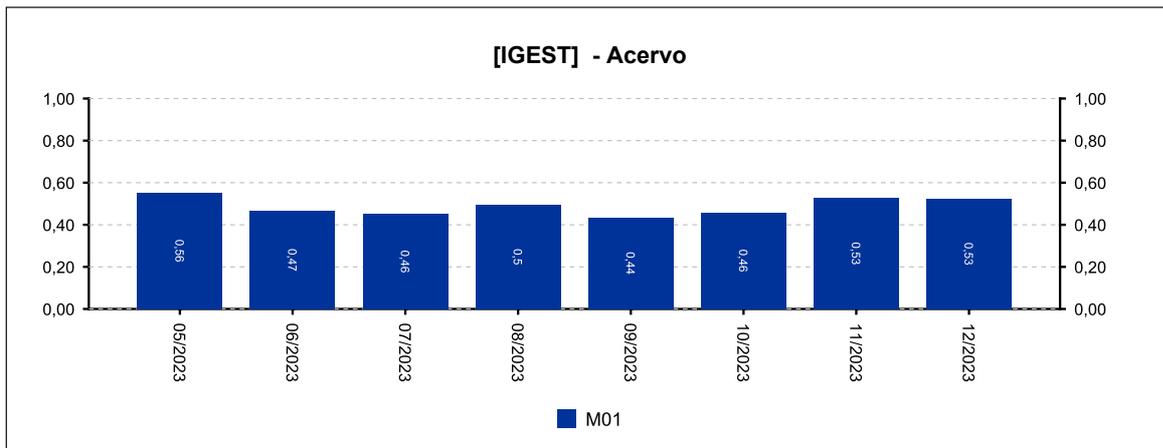


9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

[Voltar](#)

(fonte: e-SInCor - IGEST e Horus - TRT8)

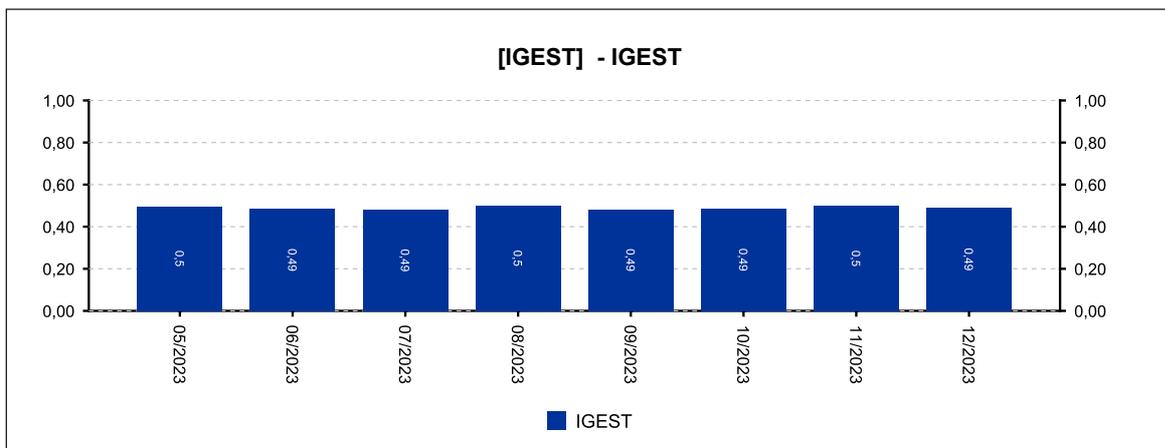
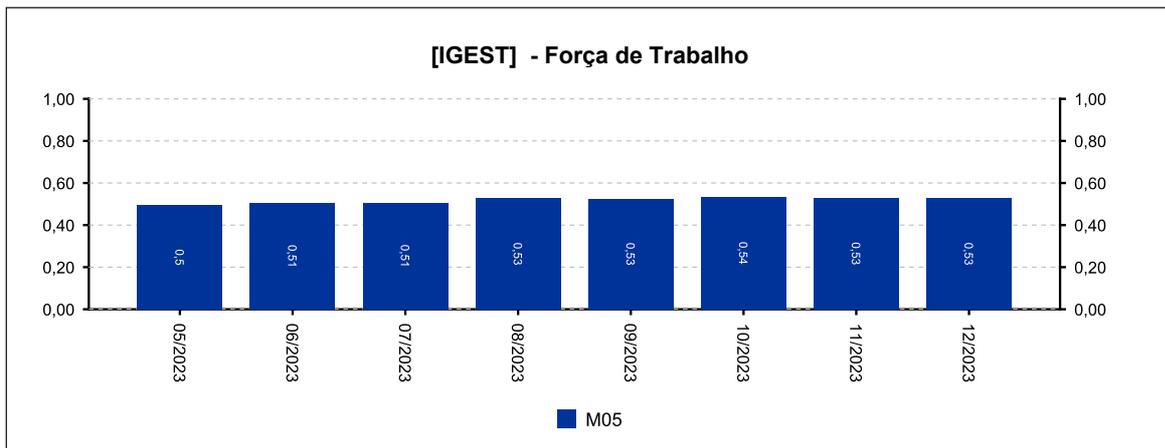
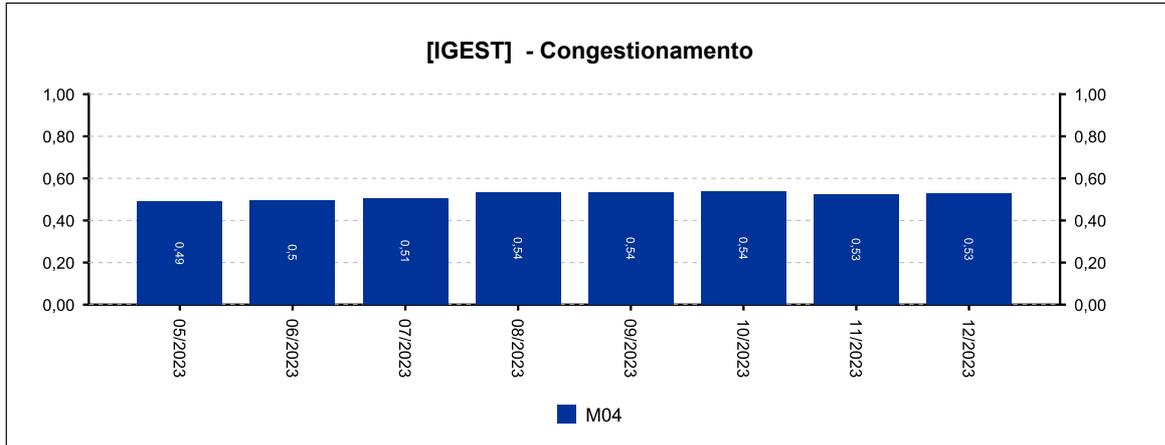
DATA IGEST	M01	M02	M03	M04	M05	IGEST
10/2023	0,4592	0,3978	0,5028	0,5361	0,5339	0,4860
11/2023	0,5277	0,4047	0,5044	0,5244	0,5296	0,4981
12/2023	0,5240	0,3998	0,4713	0,5272	0,5265	0,4898





9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

(fonte: e-SInCor - IGEST e Horus - TRT8)





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [05/2023 a 04/2024]

[Voltar](#)

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	871	72,6	33,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	670	55,8	25,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.541	128,4	58,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	193	16,1	7,3
Incidentes Processuais Resolvidos	537	44,8	20,4
Dias-Juiz	788	65,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	48.972	60,0	31,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	65.831	80,7	42,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	114.803	140,7	74,8
Processos solucionados - sem exame de mérito	16.418	20,1	10,7
Incidentes Processuais Resolvidos	50.245	61,6	32,8
Dias-Juiz	46.017	56,4	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	99.505	54,2	32,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	134.122	73,1	43,6
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	233.627	127,2	76,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	31.194	17,0	10,1
Incidentes Processuais Resolvidos	98.385	53,6	32,0
Dias-Juiz	92.273	49,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

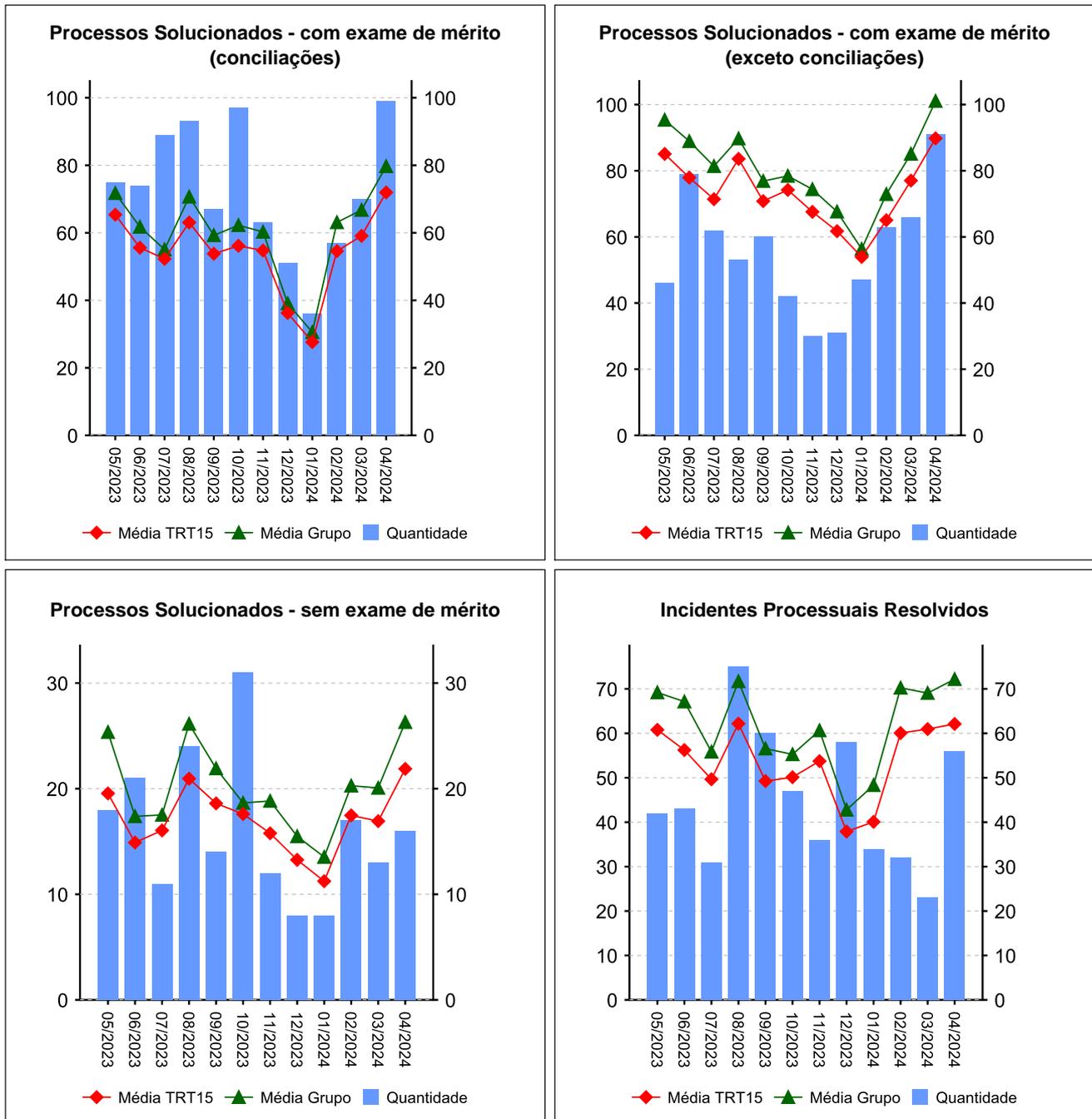




10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [05/2023 a 04/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [05/2023 a 04/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	1.628	135,7	62,0
Sessões de audiência realizadas - instrução	912	76,0	34,7
Sessões de audiência realizadas - una	144	12,0	5,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	274	22,8	10,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	153	12,8	5,8
Sessões de audiência realizadas - justificação prévia	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - instrução e julgamento	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - encerramento de instrução	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - inquirição de testemunha (juízo	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.056	88,0	40,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	427	35,6	16,3
Dias-Juiz	788	65,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	46.017	56,4	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	92.273	49,9	---

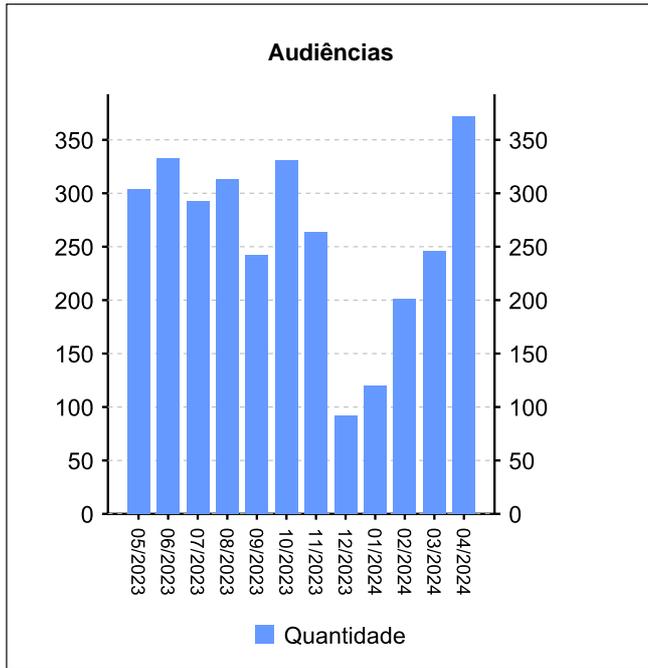




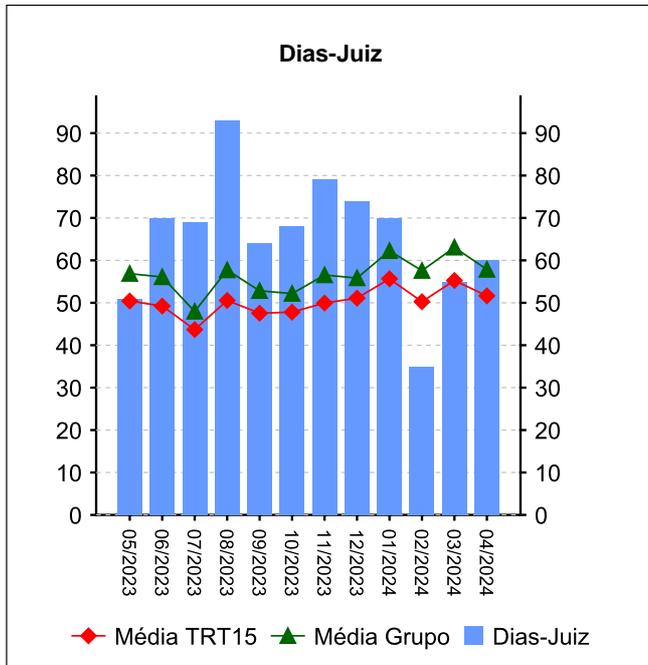
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [05/2023 a 04/2024]

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
05/2023	28	17	152	106	1	304
06/2023	65	22	122	101	23	333
07/2023	37	11	138	89	18	293
08/2023	36	15	126	102	34	313
09/2023	24	6	133	70	9	242
10/2023	12	8	210	74	27	331
11/2023	5	19	176	59	5	264
12/2023	1	5	64	16	6	92
01/2024	1	5	70	42	2	120
02/2024	9	15	131	45	1	201
03/2024	20	9	132	75	10	246
04/2024	36	21	174	133	8	372
Total	274	153	1628	912	144	3111



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
05/2023	51
06/2023	70
07/2023	69
08/2023	93
09/2023	64
10/2023	68
11/2023	79
12/2023	74
01/2024	70
02/2024	35
03/2024	55
04/2024	60
Média Mensal	65,7





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



[Voltar](#)

11 - DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

(fonte: e-Gestão)

ANO	QTD PROCESSOS
2021	1401
2022	1413
2023	1844
2024 (*)	589

(*) Período: 01/2021 a 04/2024





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



12 - ARRECADAÇÃO

(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

CUSTAS E EMOLUMENTOS	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 122.238,33	R\$ 717.609,80	R\$ 3.423.087,99
<i>Período: 06/2023 a 04/2024</i>		





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO

(fonte: e-Gestão)

[Voltar](#)

ANO	PROCESSOS
2021	4
2022	54
2023	655
2024	513
Período: até 04/2024	

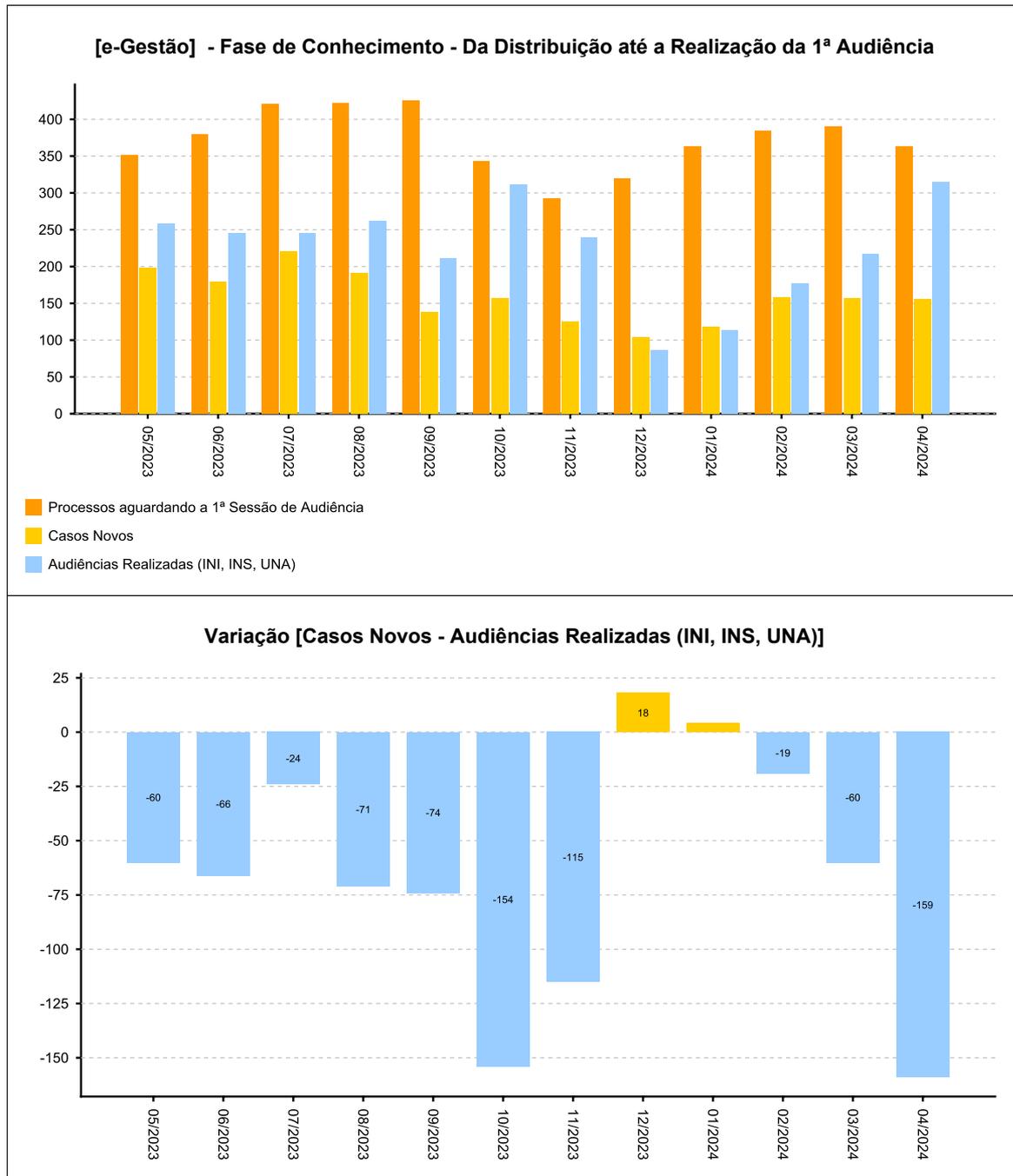




14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA [até 04/2024]

[Voltar](#)

(fonte: e-Gestão)





14 - PAINEL DO CONHECIMENTO - DA DISTRIBUIÇÃO ATÉ 1ª AUDIÊNCIA [até 04/2024]
(fonte: e-Gestão)

